



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003

Aos dezoito dias do mês de Dezembro, de dois mil e três, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, estiveram ausentes os senhores Deputados: Armando Cardoso, Paulo Reis(1º Secretário), José Rodrigues(Presidente da Junta de Freguesia da Memória), Lia Ferreira, Isabel Gonçalves e Adélio Amaro (2º Secretário), que apresentou um pedido de suspensão de mandato, pelo período de 365 dias.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Dr.ª Neusa Magalhães, Dr. Helder Roque e Dr.ª Manuela Graça Santos. A Sr.ª Vereadora Eng.ª Isabel Gonçalves e o Sr. Vereador Dr. José Manuel Silva estiveram ausentes, tendo o senhor Vereador justificado a sua ausência.

A sessão foi presidida pelo Dr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados, Laura Esperança, 1º Secretário e Filipe Vieira, 2º Secretário, em substituição dos respectivos Secretários da Mesa.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
- 2. DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA-** Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;



3. **FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2004** - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;
4. **XXXª MODIFICAÇÃO (1ª REVISÃO) AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA** - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;
5. **REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEIRISPORT EM-** Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
6. **DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS NA ZONA INDUSTRIAL DA COVA DAS FAIAS (ZICOFA)** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;
7. **ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DO LOTEAMENTO N.º 70/95, EM NOME DE EMPOLIS – PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA DE LEIRIA LDA, SITO NA QUINTA DO VISCONDE – BARREIRA** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 3, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;
8. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2004, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;
9. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2004, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;



ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite Srs. Deputados!

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Começava por vos informar, que o 1º Secretário não vai poder estar presente. Chamava para sua substituição, a Sr.ª Deputada e Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança.

Queria também dar conhecimento a todos os senhores Deputados, que recebi uma carta, datada de 16 de Dezembro de 2003, do 2º Secretário Adélio Amaro, com o seguinte teor:



"Tendo em conta a minha nova função profissional, entendi solicitar a V.Ex.a a minha suspensão do mandato, até ao dia 01 de Setembro de 2004 da função de 2º Secretário e Deputado da digníssima Assembleia Municipal de Leiria.

No entanto, não coloco de lado a possibilidade de regressar a esta Assembleia antes da referida data. Para tal, informarei V.Ex.a com a devida antecedência.

Contudo, embora a Lei me permita exercer as referidas funções na Assembleia Municipal, acho, por uma questão de plena isenção, que devo até ao dia referido afastar-me das funções da Assembleia que, com muita honra exerci até ao momento."

Subscreve esta carta o Sr. Deputado, 2º Secretário, Adélio Amaro !

Vou então colocar este pedido de suspensão à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

O pedido de suspensão de mandato do Sr. Deputado e 2º Secretário Adélio Amaro, foi aceite por unanimidade.

Para sua substituição, chamava o Sr. Deputado Filipe Vieira.

O Sr. Vereador da Câmara Municipal de Leiria, do Partido Socialista, Dr. José Manuel Silva, justifica a sua ausência a esta sessão por motivos profissionais.

Deseja intervir Sr. Deputado Luís Pinto?

Faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Dei por mim de repente a pensar, quando o Sr. Presidente chamou outro Deputado para a Mesa, se não terá que ser colocada à votação esta substituição. Não sendo uma situação pontual, em que normalmente anuímos às propostas, mas tratando-se de uma substituição a longo prazo, julgo que a composição da Mesa da Assembleia, deverá ser apreciada e votada pelo plenário da Assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, há aqui um pedido de suspensão de funções, de um Deputado que era simultaneamente 2º Secretário da Mesa. Contudo, no passado houve uma situação idêntica, em que o Presidente da Mesa apresentou um pedido de suspensão do mandato, durante a maior parte do mesmo, e foi substituído pelo 1º Secretário . Com base nestes antecedentes, julguei por bem, proceder do mesmo modo, evitando



assim a nomeação temporária para estas funções de outra pessoa, já que, posteriormente, ser-lhe-iam retiradas essas mesmas funções, quando o Secretário efectivo se apresentar de novo. No entanto, se for esse o entendimento e acharem que é o melhor método, não tenho nada a opor.

Se ninguém se opõe a esta substituição, considero aceite o pedido e a respectiva substituição!

De seguida vou colocar à discussão e à votação as actas das sessões anteriores. Começava pela acta da sessão ordinária de 24 de Setembro de 2003.

Há inscrições?

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria aprovou por unanimidade a acta da sessão ordinária de 24 de Setembro de 2003.

De seguida colocava à discussão a acta da sessão extraordinária de 27 de Novembro de 2003.

Há inscrições?

Passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria aprovou por unanimidade a acta da sessão extraordinária de 27 de Novembro de 2003.

Vamos entrar de seguida no período de perguntas orais à Sr.^a Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições!

Sr. Deputado João Fonseca. Faça favor!

DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

João Fonseca, Partido Socialista.

Sr.^a Presidente, apenas duas perguntas rápidas.

A primeira, tem a ver com o Lis. As descargas na ribeira dos Milagres continuam em larga escala. Agora com o caudal um pouco maior, a água continua ainda mais poluída.



Gostava de saber, o que é que tem sido feito neste sentido. Se já há respostas quer da Associação de Suinicultores quer do Governo, porque continua a ribeira muito suja, continuam as descargas a céu aberto e não vejo nada feito para contrariar a situação.

A outra pergunta, é relativamente à reconstrução do Paço Episcopal.

Foram retirados dois arcos antigos, julgo que por serem considerados elementos arqueológicos, e esses elementos continuam ao abandono por detrás do edifício, junto ao antigo quiosque, que neste momento tem a paragem do autocarro. Gostava de saber se a Câmara neste momento, tem alguma outra solução a dar ao assunto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, dava a palavra à Sr.^a Presidente, para responder às questões colocadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Obrigada Sr. Presidente.

Muito boa noite a todos!

Começando pela questão das suiniculturas, tenho a dizer que no próximo dia 23, vai ser feita a escritura de constituição da empresa, da qual são sócias as associações de suinicultores de Leiria, Batalha e Porto Mós e que vão dar consistência a todo o projecto de despoluição complementar, no que diz respeito às suiniculturas.

Têm vindo a fazer-se variadíssimas reuniões, para se encontrar o modelo organizacional final, com vista à constituição de uma empresa. Esta empresa vai ser a responsável directa pela construção da parte das ETAR'S, que por sua vez ,depois do tratamento primário, vão verter para a rede de saneamento em alta, que está em construção.

Quem vai entrar nessa empresa são as associações de suinicultores, são algumas empresas de rações e a Associação de Municípios da Alta Estremadura, com um valor simbólico.

Posteriormente, em Janeiro, irão ser lançados os concursos públicos, cujos cadernos de encargos já estão concluídos. Esses concursos públicos vão ser lançados por



aquela nova empresa. Toda a preparação técnica e administrativa dos cadernos de encargos, está a ser feita pela SIMLIS, para a construção das referidas ETAR'S. Perspectiva-se que ainda no ano de 2004, com a certeza absoluta, sejam iniciadas as construções das ETAR'S que irão substituir as que estão agora a funcionar.

Portanto, vislumbra-se a muito curto prazo, finalmente, a resolução do problema que tinha claramente que passar por estes trâmites todos, do ponto de vista processual.

É evidente que a perspectiva e o objectivo do Ministério do Ambiente, foi que todos os sócios das várias associações de suinicultores, se pronunciassem durante o prazo que foi dado (princípio de Setembro até finais de Novembro), sobre a sua eventual adesão ao sistema, sabendo as condições de adesão em termos de custos. Posso-lhe adiantar, que os sócios da Associação de Suinicultores de Leiria, pronunciaram-se favoravelmente, já com a realização do capital social, em cerca de 91%. Os valores inferiores estão a acontecer nos concelhos da Batalha e Porto Mós.

Todas estas empresas, que vão entrar directamente na constituição dessa organização, através da Associação de Suinicultores, ficam salvaguardadas do ponto de vista dessa situação em termos de poluição. Para as que não aderirem, irá haver uma fiscalização directa por parte do Ministério do Ambiente e se não quiserem aderir serão encerradas. Até lá, está a haver naturalmente uma fiscalização redobrada pelo Ministério do Ambiente, mas com a certeza de que o problema não está ainda resolvido. Eventualmente poderá haver uma ou outra descarga, o que é lamentável, é bom que se consiga saber, mas como sabem essa parte da fiscalização, compete ao Ministério do Ambiente. Também é verdade que ainda não têm um modelo construído, não têm as ETAR'S concluídas e vivem com algumas dificuldades.

De qualquer das maneiras, irei pedir ao Sr. Presidente, que fizesse chegar cópia de toda a documentação que tenho da constituição deste modelo organizativo, com o capital social, o que é que representa, qual é o valor de cada um dos sócios, com quanto é que entra cada uma das associações de suinicultores, etc.

Relativamente à questão dos arcos do Paço Episcopal, pedia ao Sr. Vereador Vítor Lourenço, que lhe desse a explicação.



VEREADOR DR. VÍTOR LOURENÇO

Boa noite Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Aquela estrutura arqueológica que falou, está lá guardada, devidamente acondicionada pelo proprietário do imóvel, o qual teve uma grande responsabilidade na manutenção daquelas estruturas. Aliás, contra a vontade do próprio IPPAR, que disse que aquilo não tinha qualquer interesse do ponto de vista patrimonial, mas tem a ver com a história da cidade, numa época do seu início e da indústria moageira de Leiria, mais propriamente com a estrutura de um moinho medieval.

Concordámos em repô-la no local do edificado e depois de acabada a obra e de ter o processo completo, com os arranjos do exterior do próprio edifício, a Câmara colaborará na musealização do espaço. Aquela estrutura será eventualmente colocada numa campânula de acrílico, com o enquadramento museológico desse sítio. É tudo quanto se me oferece dizer e será feito quando houver oportunidade, quer por parte da Câmara quer por parte do proprietário.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Presidente e Sr. Vereador.

Não há mais inscrições para este período, passaríamos então à apreciação de assuntos de interesse para o concelho, com as intervenções de âmbito político.

Inscribe-se o Sr. Deputado Américo Coelho. Faça favor!

DEPUTADO AMÉRICO COELHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA ORTIGOSA)

Américo Coelho, Presidente da Junta de Ortigosa.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários da Mesa, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores!

Depois da minha última intervenção na Assembleia Municipal, tinha decidido que não faria mais intervenções nem declarações políticas, porque alguém me chamou a atenção, para o facto das minhas intervenções poderem prejudicar o relacionamento com a Câmara, e daí, estar a prejudicar indirectamente a Freguesia que represento.

Como devem compreender, a última coisa que um Presidente de Junta deseja é prejudicar a sua Freguesia. Mas também é verdade, que na falta de tanto



investimento por parte da Câmara, muitas vezes tentamos várias táticas, para ver se resulta em alguma obra. Mas já cheguei à conclusão, de que não tenho jeito para treinador, uma vez que as minhas táticas não têm resultado. Nem aquela tática que é a mais nobre de todas, que é muito trabalho e dedicação em prol de uma freguesia, que tem contribuído em muito para a afirmação e desenvolvimento do concelho de Leiria, em troca, pouco tem recebido.

Como dizia, se esta minha intervenção prejudicar a Freguesia da Ortigosa, desde já peço desculpa aos seus habitantes. Mas não contem comigo, para encobrir aquilo que vai influenciar pela negativa, o concelho que vamos deixar aos nossos filhos.

Há assuntos sobre os quais não podemos calar a nossa indignação, a nossa revolta, porque também é a nossa palavra que está em causa. Os Presidentes de Junta, passam o ano a caminhar e a telefonar para esta casa, a pedir obras, para melhorar a qualidade de vida dos habitantes deste concelho e a resposta é sempre a mesma – vamos ver!

Os Presidentes de Junta, são aqueles que no concelho, mais dão a cara, que mais enfrentam os problemas. São eles que vão acalmando as pessoas, são eles que vão dizendo que o País está a atravessar uma fase difícil e que a Câmara não se esqueceu deles, mas que a vez deles há-de chegar, etc. Agora as pessoas vão-nos abordar e dizer que afinal há dinheiro e que o Presidente da Junta é que não tem capacidade para exigir as obras à Câmara.

Sou Presidente de Junta, porque entendo que se habitamos numa freguesia, temos a obrigação de contribuir com o nosso trabalho para o seu desenvolvimento. É um papel difícil de desempenhar, muito incompreendido, que obriga a muitos sacrifícios, mas se o aceitámos, temos que desempenhar o cargo o melhor que soubermos e pudermos. Agora, por favor não me peçam para violar a minha dignidade, não me peçam para ser submisso, não me peçam para ser "yes man".

Se a lei determina que os Presidente de Junta façam parte da Assembleia Municipal, por inerência de cargo, este é o local por excelência, para defendermos os interesses das nossas freguesias.

Como dizia há momentos, tinha a intenção de não fazer mais intervenções. Mas houveram dois artigos publicados em semanas seguidas, num semanário da região, que me obrigaram a usar da palavra. Estou a falar dos artigos publicados pelo



Vereador do Desporto, Dr. Paulo Rabaça, através do qual ficámos a saber parte das condições do acordo entre a Leirisport e o União de Leiria/SAD.

Sr. Presidente, se me permite, gostaria de tecer as seguintes considerações sobre eles:

Permita-me seguramente, agradecer à Câmara Municipal de Leiria o convite para a inauguração do Estádio. Mas quero dizer ao Sr. Vereador do Desporto, que não consegui vencê-los, não me juntei a eles para participar na festa, ia dizer inauguração, mas prefiro utilizar a expressão "Festa de adiamento do desenvolvimento do Concelho". Como tal, faço parte dos 85% dos habitantes deste concelho, que não foram à inauguração do Estádio.

Na qualidade de Deputado da Assembleia Municipal, como legítimo representante de uma população nesta Assembleia, lamento ter tido conhecimento de um acordo que vai influenciar pela negativa o desenvolvimento das freguesias deste concelho, através dos jornais. Quando um simples protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, tem que ter a aprovação da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia, não compreendo como é que um acordo que vai prejudicar o desenvolvimento do concelho, não tivesse sido dado a conhecer a esta Assembleia previamente. Como diz o povo, "quem não deve não teme". Por isso e por consideração a esta casa e aos seus Deputados, deveria ter sido dado prévio conhecimento do acordo. Considero uma falta de respeito pelos eleitos e pelos eleitores.

Argumentam os senhores, que o acordo é feito com a Leirisport e não com a Câmara. Mas eu pergunto quem é que paga?

Através do referido artigo, ficámos a saber que o União de Leiria/SAD, irá receber cerca de novecentos mil euros anualmente, da Leirisport. O decreto-lei n.º 67/97, que veio regulamentar o funcionamento das sociedades anónimas desportivas, vulgo SAD, diz no seu artigo 2º: "*Entende-se por sociedade desportiva as pessoas colectivas de direito privado, constituídas sob a forma de sociedade anónima*".

Mais à frente, o artigo 23º diz "*Que a sociedade desportiva, pode repartir entre os accionistas, os seus lucros legalmente distribuíveis*".

Resumindo, é a esta sociedade de direito privado, que distribui lucros pelos accionistas, que a Câmara vai entregar muitas centenas de milhares de euros,



provenientes dos impostos dos contribuintes deste concelho e que fazem falta às Freguesias, para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Quando a Câmara dá este tratamento à União de Leiria/SAD, uma empresa privada, qual será o tratamento a dar a outras empresas privadas do concelho, que querem aumentar as suas instalações para aumentarem a sua produção e postos de trabalho, logo riqueza do concelho, e não o podem fazer porque o PDM há cinco anos que anda para ser revisto.

Para a Câmara tratar desta forma a União de Leiria, qual será o tratamento a dar a uma empresa como a ROCA, por exemplo, que emprega setecentos e setenta e três trabalhadores, ou a uns Supermercados ULMAR, que empregam quatrocentos e noventa pessoas, ou até mesmo a KEY-PLÁSTICOS, que tem quatrocentos e setenta postos de trabalho. A grande verdade, é que as empresas que acabei de mencionar, geram riqueza e criam postos de trabalho, contribuindo directamente para o desenvolvimento do nosso concelho; Pagam impostos, que em vez de serem aplicados na Educação, no Saneamento Básico, nas acessibilidades, no apoio aos mais desfavorecidos e a corrigir assimetrias existentes no concelho, estão a ser aplicados, para pagar juros de empréstimos de estádios e acordos com o União de Leiria/SAD.

Hoje em dia, que se discute tanto o facto de alguns portugueses não pagarem impostos, os políticos deveriam questionar-se, se o dinheiro proveniente dos impostos portugueses, é bem empregue. Se no dia a dia, os portugueses vissem as receitas resultantes dos seus impostos bem geridas, bem aplicadas, de certeza que não teriam tanta relutância em pagar impostos.

Este acordo com a União de Leiria/SAD, é um péssimo exemplo de como não se deve gastar o dinheiro dos contribuintes. Quando foi criada a LEIRINVEST, deduzo, que por dificuldades orçamentais, a Câmara não subscreveu a maioria do capital de uma empresa em boa hora criada. Primeiro porque irá criar e desenvolver os parques industriais do concelho e segundo, porque tem todas as potencialidades de ter lucros a médio prazo. Ora, ao obter lucros, estes serão distribuídos pelos accionistas e logo a Câmara a médio prazo, poderia ter outra fonte de financiamento. Mas não, a política é antes dar à União de Leiria a troco de nada.

Ainda mais grave que isto, foi a conclusão a que cheguei, depois de uma análise ao orçamento da Câmara para o ano de 2004. A União de Leiria/SAD, vai receber no próximo ano, mais de oitocentos e dez mil euros do que a Freguesia de Carvide, mais



quatrocentos mil euros que a Freguesia da Caranguejeira, mais setecentos e cinquenta mil euros que a Freguesia da Ortigosa, mais duzentos e oitenta mil euros que a Freguesia da Maceira, mais seiscentos e quarenta mil euros que a Freguesia de Amor, mais oitocentos mil euros que a Freguesia da Bajouca, mais setecentos mil euros que a Freguesia da Bidoeira, etc, etc.

Concluindo, no concelho de Leiria, só a Freguesia dos Marrazes em 2004 irá receber mais que a União de Leiria/SAD.

Os senhores Presidentes de Junta que foram à Noruega, a convite da União de Leiria/SAD, com avião, estadia, passeio e bilhete, tudo oferecido pela União de Leiria/SAD, compreendem agora os motivos de tão estranho convite. Pois é, a viagem foi para os senhores não se importarem, que a União de Leiria/SAD receba mais dinheiro da Câmara, que as vossas Freguesias. Mas também, o que é que importa...

Possivelmente, por desconhecimento da minha parte, a União de Leiria/SAD passou a ser a trigésima freguesia do concelho de Leiria. Só assim se compreende, a atribuição de uma verba tão avultada. Caso seja verdade, sejam bem-vindos! Mas aproveito para avisar os senhores administradores da União de Leiria/SAD, que o salário mensal de um Presidente de Junta é duzentos e quinze euros. Com esse dinheiro, terão que pagar o telemóvel e as deslocações e não se tem funcionários administrativos, para se poupar alguns euros ao fim do mês.

Não basta o concelho ter que pagar os empréstimos contraídos para construir o Estádio, também temos que ajudar a pagar os ordenados principescos dos jogadores de futebol e de administradores das SAD'S, quando alguns deles vêm uma vez por semana a Leiria. Será que a União de Leiria/SAD, contribui para diminuir o desemprego no concelho? Contribui com mais impostos, com mais desenvolvimento, com mais solidariedade, com mais prestígio para o concelho, do que as empresas instaladas no concelho? Garantidamente que não!

As verbas recebidas pela autarquia do Orçamento Geral do Estado, não são em função do número de equipas na Super Liga de Futebol, ou se o União de Leiria fica entre o oitavo e último lugar que permita permanência, ou entre o quatro e sétimo lugar, ou entre os três primeiros lugares. Essas verbas que vêm do Orçamento Geral para o concelho, são em função do número de habitantes, pela área e pelos impostos



pagos no concelho. Logo, devem ser investidos em prol daqueles que contribuem, para que o concelho receba verbas do Orçamento de Estado.

A grande função da Câmara, é criar condições para que as empresas instaladas no concelho, tenham acessibilidades com condições, para que estas possam escoar os seus produtos. Pressionar todos os dias, se necessário, a EDP, para que não existam cortes de energia que prejudicam a produtividade das empresas; Criar parques industriais para instalar empresas, agilizar os procedimentos administrativos de forma a que os licenciamentos de novas unidades industriais sejam o mais breve possível; Efectuar a revisão urgente do PDM, para que algumas empresas possam expandir e outras instalar; Apostar forte na Educação, para que no futuro as empresas venham a beneficiar de uma melhor formação dos seus quadros, melhorar as condições de vida dos habitantes do concelho.

Estas são as funções da Câmara, não são de certeza retirar verbas do desenvolvimento das Freguesias e atribuí-las a um clube de futebol, que em pouco ou quase nada, contribui para o desenvolvimento do concelho.

Antes de terminar, gostaria de perguntar aos senhores Vereadores, que aprovaram este acordo com a União de Leiria/SAD, qual vai ser a resposta que vão dar aos Presidentes de Junta, quando eles lhes pedirem obra. A tradicional desculpa que não há dinheiro, depois deste acordo com a União de Leiria, não serve.

Por considerar este acordo demasiado grave para o futuro do concelho, submeto a seguinte **PROPOSTA**, à votação da Assembleia Municipal:

Utilizando o direito que me é conferido pelo Regulamento da Assembleia Municipal de Leiria, submeto à votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta:

a) Considerando a actual situação financeira do País



- b) Considerando os elevados encargos financeiros para o Município resultante dos empréstimos contraídos para a remodelação do Estádio Dr. Magalhães pessoa
- c) Considerando os elevados custos de manutenção do novo estádio a suportar na totalidade pela Câmara Municipal de Leiria
- d) Considerando que os encargos descritos na alínea b) e c) terão no futuro uma repercussão negativa no orçamento da Câmara Municipal
- e) Considerando que quanto mais custos a Câmara assumir, menos verbas terá disponível para investir nas freguesias do concelho
- f) Considerando que não será estratégico para o futuro do concelho o acordo com a União de Leiria/SAD
- g) Considerando que por falta de verbas se estão a adiar obras importantíssimas nas freguesias do concelho de Leiria

Proponho, que a Câmara Municipal de Leiria, renegocie o acordo com a União de Leiria/SAD, de forma a não hipotecar o desenvolvimento das freguesias e a qualidade de vida dos habitantes deste concelho.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente da Junta da Ortigosa.

Tem agora a palavra, o Sr. Deputado Rui Caseiro.

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Rui Caseiro, Partido Socialista.

Boa noite Sr. Presidente, Sr.^a Presidente.

Venho aqui com os seguintes pontos :

Primeiro, é para chamar a atenção da Assembleia, que a Câmara Municipal não se está a esforçar em cumprir as deliberações que são tomadas por esta Assembleia.

No dia 24 de Setembro, esta Assembleia deliberou o seguinte:

" A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 24 de Setembro de 2003, delibera solicitar à Câmara Municipal, em conformidade com a legislação em vigor, apresente no prazo de sessenta dias, um balanço analítico reportado à data de 31 de Agosto de 2003."

Isto não foi cumprido até este momento!



Depois, venho aqui pôr uma questão, a qual não vi desmentida em parte nenhuma e acho que já deveria ter sido objecto de uma comunicação, antes da ordem de trabalhos, por parte da Sr.^a Presidente. Foi uma notícia que foi publicada num diário de Leiria e no semanário "O Diabo", que diz claramente, que há empresas na prestação de serviços, que se negam a prestar serviços de conservação em viaturas do Município. E diz também claramente, que foram cortados telemóveis à Câmara Municipal, pela falta de pagamento dessas despesas.

Não quero comentar o que está a acontecer. Queria só ter a certeza e a sensação, que efectivamente não haverá aqui, digamos assim, nenhum furo de informação ou alguma má intenção por parte das notícias que foram lidas.

O outro assunto que venho aqui falar Sr.^a Presidente, é um tema que no início do nosso mandato abordei, relativamente à inexistência de condições de trabalho nesta Assembleia.

Minimamente, desejávamos ter uma pequena plataforma, para podermos debruçar os papéis, para podermos estar a trabalhar condignamente nesta sala, eu próprio, tive que os pôr ali em cima do estrado. Por conseguinte, o Sr. Presidente da Assembleia, ficou de falar com a Sr.^a Presidente, para conjuntamente ser encontrada uma solução que obviasse ao problema. É tudo por agora, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Miguel Martins.

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PPD/PSD)

Boa noite!

José Miguel Martins, PSD.

O assunto que me traz aqui, já foi abordado uma vez nesta Assembleia e mais concretamente, refere-se ao IC2.

O Sr. Deputado José Soares, em devido tempo, teve o cuidado de alertar para as situações que se passam no traçado da IC2. Ultimamente são mais notórios os agravamentos, relativamente aquilo que ele focou.

No passado dia 10, houve um acidente na entrada da variante 109, onde estiveram gravemente envolvidas, seis viaturas. Não houve mortos por milagre, mas um deles,



ficou debaixo de outro carro. Passados cinco dias, ocorreu novo acidente no mesmo sítio, um automóvel ficou debaixo de um camião.

Principalmente ali naquela zona da 109, o afunilamento da via é enorme e quem se apresenta para entrar na IC2, não tem a mínima hipótese de defesa. Se estivermos atentos, nomeadamente nos acessos da Cova das Faias e para quem vem da Madalena, é um sufoco passar toda aquela zona até à Azoia. Os acessos e as saídas estão mal, há zonas protegidas excessivamente largas que não servem para nada, porque ninguém pode lá parar. Portanto, face a essa situação, que é grave, fazia aqui um convite aos técnicos do Instituto de Estradas de Portugal, para nessas horas de ponta e não só, principalmente de manhã quando as pessoas se dirigem para os seus empregos, viajem nesta zona de Leiria, que vejam as asneiras que estão a ser cometidas, os perigos que se corre e os ajustamentos que podem fazer. Pedia também à Câmara Municipal, na pessoa da Sr.^a Presidente, que fizesse pressão para que resolvam definitivamente o assunto da IC2. Estamos aqui a apelar porque vamos ter o EURO 2004 e também pela nossa segurança e por um bem que a cidade já justifica há muito tempo. Deixo aqui este registo e desejo a todos um bom Natal e um bom Ano de 2004.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado

Sr. Deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO COIMBRÃO)

Boa noite.

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Começava por um desabafo, um desabafo em que não me vou alongar muito, porque o colega Américo Coelho da Ortigosa já disse muito do que eu tinha para dizer. Um desabafo que tem a ver com o facto dos Presidentes de Junta e sobretudo aqueles que estão longe do concelho, serem o alvo de todas as críticas e passarem por vergonhas, que não chegam a esta Câmara Municipal.

Não temos acessores, não temos técnicos, ganhamos um subsídio que não podemos aumentar porque é imposto, também não podemos ter subsídio para deslocações nem carros das Juntas de Freguesia. Portanto, digamos que damos tudo de nós. Podemos dizer até que pagamos para ser autarcas.



Nesta situação, compreenderão por certo, que é com muita emotividade que lidamos com o problema das nossas freguesias e é com emotividade, que às vezes custa sentir injustiças. É também por essa emotividade, que me custa subir a esta tribuna para falar e no fim recebemos respostas, que nos descredibilizam completamente e nos desmentem, a maior parte das vezes completamente infundadas.

Isto aconteceu na última sessão ordinária, que teve lugar a 24 de Setembro. Vim aqui pôr alguns problemas que considerava muito graves, relativamente à Freguesia do Coimbrão, e tiveram logo as respostas mais claras. Que estava tudo a ser executado e tudo a ser feito. Perdoem-me que tenha que os recordar .

Ramal de água da Casa da Lagoa. Muita coisa foi feita daí para cá, mas em termos práticos, a situação é precisamente a mesma. Continuamos a não ter ramal de água. A estrada que vai do Coimbrão à Praia do Pedrógão. Diz-se que são excessos de velocidade. Infelizmente, só o diz quem não conhece o problema e infelizmente também, morreram mais duas pessoas naquela estrada. Será que podemos dormir descansados? Será que todos nos conseguimos deitar à noite e pensar que está tudo a ser executado como deve ser? Em termos práticos meus amigos, mesmo com aquela resposta que tive naquela Assembleia, o processo está precisamente igual ao que estava há três meses atrás. Muita coisa pode ter sido feita, mas em termos práticos, o perigo está lá na mesma.

O mesmo acontece com os abrigos para passageiros. Foi dada aqui uma resposta, de que estava tudo a ser tratado. Mas as minhas crianças, estão à chuva todos dos dias de manhã, para apanharem o autocarro.

Quando estiver errado nalgumas destas observações, prometo-vos que venho aqui a esta tribuna pedir desculpa, se por algum motivo estiver errado. Não me parece que seja o caso.

Permitam-me agora que acabei o desabafo, que fale de um outro assunto.

O nosso célebre PDM, que tem sensivelmente dez anos de vigência, no dia em que foi aqui aprovado nesta Assembleia, foi logo prometido que ia começar a revisão no dia seguinte. Portanto, para todos os efeitos, a revisão começou há dez anos. Esse PDM instituiu para a freguesia do Coimbrão, as reservas ecológicas e as reservas agrícolas, como todas as freguesias têm. Mas queria-vos dar uma ideia e queria



sensibilizar a Sr.^a Presidente, os Srs. Vereadores, os colegas também, para a situação que está a acontecer.

Temos aqui a freguesia do Coimbrão, peço-vos desculpa mas recortei isto do mapa, isto é à escala 1/50.000. Esta é a Freguesia do Coimbrão, penso que é a maior freguesia em termos de área do concelho de Leiria, tem cerca de cinquenta quilómetros quadrados. Em termos de Reserva Ecológica Nacional e vou ser grosseiro porque não quero estar aqui a enganar ninguém, aliás, temos aqui uma técnica que poderia logo a seguir desmentir e por isso não quero estar a enganar ninguém. É isto que aqui está!

Eu não liberto o Pedrógão da Reserva Ecológica Nacional, porque ele próprio, além de ter problemas interiores, em termos de reserva, no resto que tenho escondido cá para trás, existem também manchas de reserva. Portanto meus amigos, a população do Coimbrão só se pode cingir a esta pequena faixa que temos aqui. Isto é o actual. Há pouco tempo, fui ao gabinete do PDM e vi lá uma planta exposta. Sei que isto não é definitivo, sei que estão apenas a trabalhar, mas como já sofri muito há dez anos, porque já cá ando há muito tempo, começo a pensar que é melhor sensibilizar consciências. O facto, é que a reserva que lá estava desenhada, ainda se encosta mais às casas de habitação que o Coimbrão tem hoje.

Eu pergunto: Será que nós brevemente abrimos os braços e ou tocamos em Monte Redondo e o Sr. Marcelino não vai gostar, ou tocamos em grãos de areia da Reserva Ecológica? Porque isto é uma reserva ecológica por zona dunar.

Bendito o D.Dinis, que mandou plantar o Pinhal de Leiria, porque provavelmente hoje também não o podia plantar. Tinha que se remover o terreno, etc e aquilo dava cabo da erosão. Portanto, ainda bem que plantou o pinhal naquela altura, hoje provavelmente não o conseguíamos plantar.

Agora meus amigos, queria-vos sensibilizar para o seguinte: A população da Freguesia do Coimbrão, que representa isto tudo que aqui está, só se pode cingir a esta pequena linha. Mas isto, ainda tem uma outra coisa que acho que é importante, é que 83% da Freguesia, sensivelmente, está em Reserva Ecológica Nacional. Mas grosso modo e vou-vos dizer que fiz esta análise a olho por cento, posso estar



errado, em termos de concelho, a Freguesia do Coimbrão traz para o concelho uma Reserva Ecológica de 1/3 da totalidade da Reserva Ecológica do concelho.

Sr.^a Presidente, vou-lhe dizer isto com sinceridade. Tenho a certeza, que não é intenção nem vossa nem dos técnicos do PDM, mas espero que este aumento da reserva ecológica não se venha a concretizar porque seria uma catástrofe, espero que não seja em contrapartida da diminuição das reservas ecológicas noutras partes do concelho. Era só. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente da Junta do Coimbrão.

Dava a palavra ao Sr. Presidente de Junta da Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Boa noite!

Sr.^a Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Vereadores, colegas!

Não foi há muito tempo, já foi este ano, que aqui vim falar de um problema que já hoje aqui foi focado e que é o problema do IC2. Há pouco tempo, falei que só na Freguesia da Azoia, já tinham morrido cinco pessoas. Não foi há muito tempo que um Governo prometeu, em que estiveram no local o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Governador Civil a prometer o nó desnivelado de Azoia. Também não foi há muito tempo, que foi dito que não se sabia, se o nó iria ou não ser construído, tudo dependia da escolha do traçado da variante da Batalha. Não foi há muito tempo, que solicitei por diversas vezes à Sr.^a Directora do Instituto de Estradas, uma requalificação da zona do IC2 em Azoia.

Foi feito um levantamento e um projecto, as obras começaram, só que infelizmente, o troço onde elas começaram, não foi seguido e também como tive oportunidade de lhe dizer, não foi na zona que considerávamos mais perigosa.

Não foi há muito tempo, porque está precisamente agora a fazer quarenta e oito horas, que morreram mais duas pessoas no IC2 na Azoia, por falta de uma passagem para peões.

Sr.^a Presidente, quero-lhe pedir, que dentro das competências da Câmara Municipal, faça tudo o que puder, para que não venha aqui dizer que não foi há muito tempo



que morreu mais gente. Quando falo com a Sr.^a Directora de Estradas, relativamente à falta iluminação que existe no troço da IC2 em Azoia e que é também a causa de algumas mortes, já que as que se registaram anteontem, foram às oito da noite, precisamente num dia húmido com falta de luminosidade, o que dificulta a visibilidade, porque as vítimas iam a atravessar a via, ela diz-me que a responsabilidade é da Câmara. Quando falo com o Sr. Vereador, ele diz-me que é do Instituto de Estradas.

Não sei de quem é a responsabilidade. O que sei, é que devia haver um entendimento, no sentido de apurar a responsabilidade nesta matéria, porque é urgente ter iluminação adequada naquela zona, como já existe no concelho vizinho da Batalha e na localidade vizinha de Santo Antão.

Portanto, solicito-lhe que dentro das suas competências faça o que puder e que pessoalmente, faça algumas diligências junto do Governo, junto das entidades que tutelam aquela estrada, para resolver o problema do IC2, na Freguesia de Azoia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente da Junta de Azoia.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Diamantino Caçador!

DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite a todos os presentes.

Queria manifestar o descontentamento do Grupo dos Cidadãos Independentes junto do Sr. Presidente da Assembleia, pelo facto de não vermos agendado nesta ordem de trabalhos, os protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Leiria e o Banco Português de Investimentos, conforme o solicitado por nós, na Assembleia de 24 de Setembro deste ano. Presumo que o Sr. Presidente me responderá, que apoiando-se no parecer que obteve junto da CCR do Centro, o qual nos enviou, se deu por esclarecido, e como tal, decidiu não agendar o assunto para discussão.

Queremos deixar claro, que o referido parecer da CCR, de facto não nos esclareceu e que entendemos, porque razão solicitou o parecer a uma entidade, de cunho puramente político e não ao Tribunal de Contas, que é a entidade com competência fiscalizadora. Como disse, o referido parecer não nos esclareceu, porque o mesmo assenta sobre um contrato de factoring normal, ou seja, um contrato em que os fornecedores da Câmara Municipal de Leiria, negociam directamente com o banco e



em que a Câmara não intervém. Não é isso que estamos a falar e a CCR não emitiu parecer sobre os acordos efectuados directamente entre a Câmara e o banco, os quais suportam os contratos de factoring.

Para concluir e como principal fundamento, para trazermos aqui novamente este assunto, entrego à Mesa, para sua apreciação, um acordo do Tribunal de Contas, de Abril deste ano, no qual foi recusado um empréstimo camuflado num contrato de factoring, em tudo semelhante aos celebrados entre a Câmara Municipal de Leiria e o BPI.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

O concelho de Leiria, fruto do empreendedorismo das suas gentes e da sua excelente localização geográfica, atingiu nas duas últimas décadas, os maiores níveis de crescimento do País.

É sabido e reconhecido por todos, que a má gestão autárquica, a falta de investimento dos Governos, a reduzida influência dos políticos do Concelho, a falta de estratégia de desenvolvimento e duvidosas opções no que se refere aos equipamentos prioritários edificados, muito contribuíram e contribuem para as dificuldades de desenvolvimento do nosso Concelho.

O Projecto da OTA, foi pelo menos, adiado. A Linha do Oeste, continua sem soluções, o IC 36 não vai ficar pronto a tempo do EURO, o Polis avança a passo de caracol, a despoluição do Lis demorará mais uns anos, o novo Tribunal esperará ainda mais, os quartéis das Forças de Segurança aguardam definição e outros equipamentos desportivos, sociais e educacionais continuam sem surgir no PIDAC e permanecem esquecidos. O Governo com toda a sua obsessão pelo déficit, não quer investir em Leiria. A qualidade de vida degrada-se a grande ritmo nos centros urbanos e as Freguesias marcam passo.

Lembrei-me, por tudo isto e por muito mais que poderia exemplificar, desafiar esta Assembleia e em especial o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.^a Presidente da



Câmara, para a realização de um Fórum, no qual fossem discutidos os grandes temas e os contributos para a construção de um ambicioso plano estratégico para Leiria, que infelizmente, não temos.

Um Fórum aberto a toda a comunidade.

Proponho a constituição de um grupo de trabalho, composto por membros da Câmara e Assembleia, para preparar uma proposta concreta e agenda dos trabalhos. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Branquinho Crespo.

DEPUTADO BRANQUINHO CRESPO (PPD/PSD)

Branquinho Crespo, PSD.

Venho aqui apenas, fazer uma sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e à Sr.^a Presidente da Câmara.

Já se repetiu aqui amiudadas vezes, a questão entre a Leirisport e a União de Leiria/SAD, quero por isso sugerir, que o assunto seja discutido.

A Câmara certamente terá razões, que nós Deputados, precisamos saber exactamente o que se passou. É um direito que temos e é um dever que temos perante o concelho. Este assunto não se resume meramente a uma questão de ordem técnica, é também uma questão política e uma questão financeira.

Fico por aqui. É apenas uma sugestão, porque haverá tempo e oportunidade de discutir a proposta de um outro senhor Presidente e na altura pronunciar-me-ei sobre a mesma.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Presidente da Junta da Bajouca.

DEPUTADO JOSÉ SOARES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BAJOUCA)

José Ferreira Soares, Presidente da Junta da Bajouca.

Muito boa noite a todos e boas festas, porque se está a aproximar o Natal.



São apenas dois, os pontos que quero focar, muito embora, um deles já tenha sido parcialmente abordado. Mas mesmo assim, ainda queria frisar algo mais sobre ele.

Começava pelo primeiro.

Depois de ouvir os colegas da Ortigosa e do Coimbrão, quero acrescentar àquilo que eles disseram, o seguinte apelo: Que se acabasse com a vergonha nacional e se pedisse a colaboração dos políticos, dos nossos Deputados, que são os representantes do distrito, para interferirem. Uma coisa é quase pagarmos para ser Presidentes de Junta, outra coisa e se calhar não sou o único, é estarmos já no último mês do ano, termos direito a uma esmola e ainda não termos conseguido receber um cêntimo desse vencimento.

O apelo que faço, é que este País tenha vergonha. Que se pague a quem tem direito a um ordenado, mas também que se pague a quem tem direito a uma única esmola. Se já a tivéssemos recebido, concerteza que já teríamos organizado a nossa vida. Temos que tirar do bolo da Junta, que geralmente nunca tem nada nesta altura do campeonato e já no fim da última quinzena do ano, ainda não consegui receber um cêntimo da esmola a que tenho direito ao longo do ano.

A outra coisa que pretendia falar era acerca da Estrada Nacional n.º 1.

Não gosto de falar no IC, porque quando ela for IC, pronuncio-a como tal, enquanto ela não merecer esse título, para mim, continua a ser estrada nacional.

Não deixando de reconhecer a razão ao colega da Azoia, relativamente a iluminação, fazia o seguinte apelo:

Que não se estrague mais dinheiro, porque tudo quanto lá se põe é estragar dinheiro. Outrora fizeram-se rotundas e depois tiraram-se por que não estavam bem. Puseram-se sinais luminosos e num sítio ou outro já não existem, os que há têm de ser retirados. Quanto à iluminação, mal de nós se ainda tivermos que falar nela durante muito tempo.

O facto, é que não podemos estar quietos muito mais tempo. Ou avançam com obras em condições rumo ao futuro, ou teremos que deixar de estar aqui apenas a falar. Se calhar teremos que ir para o terreno.

Já há anos a esta data, que tenho vindo aqui dizer, que o distrito de Leiria tinha que se envergonhar. Quando entramos no distrito, quer vindo do norte quer do sul,



afrouxa-se, quando entramos no concelho de Leiria, para-se. Se não nos ouvem, se o que dizemos aqui de nada vale, teremos que ir para a praça pública. Agora, digo que já chega!

Puseram-se sinais luminosos, de nada adiantou, porque nada é infalível e continua-se a morrer nos acidentes. Puseram-se rotundas tiveram que se tirar. Depois a certa altura, lembraram-se de fazer muros. Resumindo, não podemos fazer muros numa propriedade que é nossa, porque temos que deixar cinco metros ao eixo da via e construíram-se muros no meio de uma via pública. Isto tem que estar ilegal, não é isso que é o futuro. Mas mesmo assim, como ainda o trânsito não estava bastante entupido, colocaram-se as zebras a estorvar o trânsito.

Portanto meus amigos, o que é urgente já, é pelo menos, ainda que se reduza o trânsito nas entradas do concelho a uma fila, acabar com os estrangulamentos provocados por quem entra na via. Haja coragem para o fazer.

Toda gente comete erros, também já os cometi e emendei. Portanto, se aquilo está errado tem que ser emendado. E isto não é um problema dirigido só à Sr.^a Presidente, é um problema nacional, têm que ser envolvidas outras entidades. Já na Assembleia anterior, pedi e continuo a insistir nesse aspecto, que houvesse uma reunião entre o Instituto de Estradas e nós, Presidentes de Junta. Apesar da Sr.^a Directora de Estradas ter uma agenda muito preenchida, ela que marque o dia que nós aceitamos.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente da Junta da Bajouca.

Sr. Deputado Ilídio Fernandes.

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (CDS/PP)

Boa noite a todos!

O principal assunto que hoje me traz aqui, já foi objecto de diversas intervenções nesta sala. Senti-me particularmente comovido e sensibilizado, pelas palavras de alguns senhores Presidentes de Junta, a este respeito. Obviamente que não será necessário justificar.

A antiga Estrada Nacional n.º 1, em má hora e certamente por lapso, baptizada como IC2, não serve o distrito, o concelho de Leiria e nem as suas populações.



Continuamente assistimos a alterações ou remendos pontuais que apenas por algum tempo calam as pessoas, às vezes eleitores. A nossa área, conhecida pelo seu desenvolvimento a nível do comércio, indústria e serviços, precisa de melhores estradas e de muito mais atenção por parte do Governo e também das suas Câmaras Municipais. Temos desenvolvimento, pagamos muitos impostos, somos cidadãos razoáveis, mas não podemos aceitar tudo e muito menos, esperar sempre.

A E.N.1 sem alternativa e a A1 sem ligação à A8, não servem a nossa região. Neste entroncamento mais do que esquisito, que entronca junto a um acesso com uma grande superfície comercial, o Continente, para quem sai da Nacional 1, proveniente dos lados de Caldas da Rainha e quer entrar para o Continente ou apanhar a Nacional 1, só tem duas faixas. E admira-me ainda, o respeito de alguns condutores, facto que evita o aumento do número de acidentes naquele local.

O que pedíamos, era que a Câmara Municipal, através da Sr.^a Presidente, reunisse com a Sr.^a Directora do Instituto de Estradas e com o Sr. Ministro que detém esta responsabilidade, no sentido de termos acessos adequados às nossas circunstâncias. Recordo-me, foi exactamente aqui nesta sala, de nesta Assembleia com as suas diferentes facções, ter levado à substituição de um senhor engenheiro, por quem tenho muito respeito. Parece-me que passados estes anos, estamos a dormir novamente. Não me esqueci e não concordando com isso, que fui obrigado, face ao Código de Estradas, uma das principais pessoas que levou a que fossem colocados semáforos no cruzamento da Azoia com o entroncamento da estrada 356-1, eu e a Sr.^a Eng.^a Maria de Jesus. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara na altura, nem sequer quis aceitar a sua conservação. Ainda há dois dias, nesse mesmo entroncamento da E.N.1, foram vítimas duas pessoas da mesma família, uma delas morreu pela segunda vez. Não bastava o facto de ter estado na Guiné, dezassete ou dezoito meses, quando cá chegou até pensaram que era uma alma do outro mundo porque tinha sido dado oficialmente como morto, ter agora ao fim de tantos anos, sem que os nossos Governos lhe tenham dado alguma coisa pelos serviços prestados na Guiné, morrido de uma forma complexa e estúpida.

Noutros locais do distrito e do concelho, o mesmo acontece com muita frequência. Não chega acreditarmos nas promessas que nos são feitas. É preciso actuar em tempo útil, até para evitar andarmos a prometer tanto uns aos outros. Por vezes há quem fique com a impressão e com a ideia, que de tanto prometermos uns aos outros, nos enganamos uns aos outros.



Por fim, dada a época em que nos encontramos, desejo a todos os presentes e a todos os seus familiares um Feliz Natal e que o novo ano de 2004, corresponda aos melhores anseios de cada um.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Presidente da Junta de Carvide, faça favor.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIDE)

Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, representantes dos órgãos de comunicação!

Em primeiro lugar, quero saudá-los a todos e aproveitar a oportunidade para desejar boas festas, um bom Natal e que o próximo ano seja um pouco melhor do que este.

Trago hoje aqui, dois assuntos que se ligam e que respeitam naturalmente à minha Freguesia. Estes assuntos já foram amplamente falados por mim, em sede própria, mas até agora o resultado foi nulo. Trago-os à Assembleia Municipal, porque todos os dias tenho que ouvir as queixas, os desabafos e às vezes pior que isso, como já aqui foi dito, temos que ouvir as vergonhas.

Assim, se os resultados das minhas lamentações a seguir não forem contemplados, pela bondade e generosidade tradicional desta quadra festiva, terei pelo menos, a vantagem de ter sido ouvido por esta Assembleia e provavelmente terei a solidariedade dos meus colegas Presidentes de Junta e a esperança que no futuro, outros não tenham necessidade de se referir ao assunto.

Começo pelo lado das Injustiças – Parte II!

A Freguesia de Carvide, está servida finalmente desde há poucos meses, com uma rede de saneamento básico. Isto custa aos munícipes, uma taxa de ramal, uma taxa de ligação, depois mensalmente um custo de tratamento que vem juntamente com o consumo de água e anualmente é a taxa de conservação da rede.

Mas nesta fase de arranque, temos a taxa de ramal, que são quatrocentos e vinte euros, mais IVA, para ramais até sete metros e a tarifa de ligação, que é de 0,7% do



valor patrimonial da propriedade que serve. Tive na minha Freguesia, situações até agora, em que os valores somados variam entre os 500 euros e mais de 1000 euros. A tarifa de ligação, que como disse incide sobre o valor patrimonial, em casos de habitações mais antigas é quase sempre insignificante e muitas vezes injusto, porque os valores estão desactualizados. Por sua vez, as habitações recentes, que na sua maioria são casas de pessoas jovens, com dificuldades inerentes aos investimentos de início de vida, acabam por pagar valores mais altos e por isso injustos. Mas a esta injustiça, foi acrescida uma outra que não foi por má vontade, foi realmente para tentar facilitar a vida às pessoas. Houve uma decisão, em que a tarifa de ligação seria reduzida em 50%, no caso das pessoas fazerem o pagamento do ramal num prazo curto. Mas verifica-se aqui, um segundo agravamento da injustiça. É que este benefício, foi apenas para aqueles que pagavam menos, salvo erro para aqueles que pagavam cerca de cinquenta euros, aqueles que pagavam mais, não tinham direito a essa redução. De facto é uma coisa que está assim definida, mas também é muito necessário que seja alterada.

Temos situações, em que as pessoas para poderem colocar o esgoto, tiveram que requerer a água e temos casos de pessoas idosas, que estão numa situação terrível, porque têm centenas de contos para pagar, juntando o ramal de água e o de esgoto.

Há casos difíceis, em que as pessoas simplesmente dizem que não vão pôr.

Houve por parte da Câmara Municipal e dos SMAS uma abertura a que as pessoas paguem em mensalidades, da maneira que possam, mas isso não chega. E portanto, o que acho e que defendo desde o início, é que nestes casos de obras globais, o valor da taxa seja igual para todos. Com isso, as tarifas apesar de menos antipáticas para os munícipes, permitiriam eventualmente arrecadar igual ou superior volume de receitas.

A parte II das Injustiças, refere-se quer às pessoas de Carvide que têm poços e furos de água, quer a uma maioria significativa de pessoas, que não tem água da rede pública.

Como a taxa dos resíduos sólidos urbanos, incide sobre o consumo da água, logo, quem não consome água, não tem lugar ao pagamento dessa taxa. Uns por não a requererem, outros embora a tenham requerido e a tenham instalado, estando ligados, têm um consumo diminuto. Como a taxa de tratamento de esgotos também



incide sobre o consumo de água, vamos ter mais um serviço prestado pelo Município, sem que seja cobrada a respectiva tarifa. Ou seja, quem não paga taxa de resíduos sólidos urbanos, também não paga taxa de tratamento de esgotos.

Trata-se de uma reclamação por parte da população da minha Freguesia, que já há muito, requer uma solução urgente. Mesmo que não tenha razão, quando digo que poderia aumentar as receitas municipais, teria pelo menos a vantagem, de tratar os munícipes de forma mais equitativa, isto é, com mais justiça.

Já agora, para que não haja uma ideia errada acerca da minha exposição, informo que em minha casa, porque se gasta pouca água da rede pública, não pago taxa de resíduos sólidos urbanos e também não vou pagar taxa de esgotos.

Por tudo isto, peço aqui uma vez mais, que este assunto seja de uma vez por todas resolvido com urgência. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente da Junta de Carvide.

Não havendo mais inscrições e antes de dar a palavra à Sr.^a Presidente, queria esclarecer dois assuntos, em que fui invocado na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.

Aproveito também para informar, que este período "Antes da Ordem do Dia", ultrapassou ligeiramente o tempo estipulado, provavelmente terá a ver com as intervenções dos Srs. Presidentes de Junta que como sabem, têm mais tempo para intervir que os restantes Deputados Municipais.

Fui focado aqui por dois senhores Deputados. O Deputado Rui Caseiro, relembrando uma promessa que fiz no início do mandato, relativamente às condições de trabalho actuais e à solução que eventualmente se poderia arranjar. Informo o Sr. Deputado Rui Caseiro, que efectivamente, foram tomadas algumas diligências, no sentido de arranjarmos um espaço, que proporcionasse outras condições de trabalho.

Eu próprio e a Sr.^a Presidente, deslocámo-nos aos auditórios que a Câmara tem disponíveis. Um está numa fase de conclusão e o outro que já está em funcionamento, no Centro Associativo Municipal, sinceramente não me agrada o local para realizar as Assembleias Municipais, que aliás tem condições idênticas a estas. Relativamente ao outro auditório que sugeri, no Mercado de Santana, pensava que



reunia condições para o efeito. Acontece que não me parece reunir condições para isso, a maior parte dos Srs. Deputados já conhecem esse auditório, é um anfiteatro, como tal, não me parece que reúna as mínimas condições para realizar as sessões do órgão. Face à existência de apenas dois espaços disponíveis, os quais não reúnem condições, teremos que continuar a realizar aqui as sessões, porque francamente, não encontro um espaço com outras condições melhores que estas, para a Assembleia reunir.

Em relação ao Sr. Deputado Diamantino Caçador, penso que foi na última sessão ordinária em Setembro, fez uma proposta no sentido do Presidente da Assembleia agendar uma sessão extraordinária, com o objectivo de discutirmos e analisarmos o pacto que a Câmara fez com uma instituição bancária.

Na altura, informei os senhores Deputados que iria analisar o assunto, porque não conhecia o documento e depois, se achasse que constituía matéria para uma Assembleia extraordinária, procederia em conformidade com o proposto.

Como reconheço que não possuo conhecimentos técnicos para apreciar aquele documento, solicitei um parecer à CCR de Coimbra, através de ofício, do qual não foi enviada cópia aos senhores Deputados, mas como se trata apenas de uma folha, posso dar conhecimento do teor do ofício, dirigido à Sr.^a Directora-Regional da Administração Autárquica, Dr.^a Maria José Castanheira Neves e diz o seguinte:

" Um Deputado do Grupo de Cidadãos Independentes, deu conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de Leiria, de um protocolo de acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Leiria e o BPI, que visa proporcionar aos fornecedores da Câmara Municipal, condições de acesso a contratos de factoring, o qual anexo.

Mais foi proposto pelo mesmo Deputado, a convocação de um sessão extraordinária, com o fim de analisar e discutir o referido protocolo.

A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Leiria, informou os membros da Assembleia Municipal, que o mesmo não era assim entendido pelo executivo, dado que esta operação financeira, tinha sido proposta pela referida entidade bancária e não solicitada pela Câmara Municipal, pelo que, não era considerado um empréstimo.

Nestes termos, solicito com carácter de urgência, os seguintes esclarecimentos:

1 – Se do ponto de vista substancial, a operação de factoring em apreço, constitui a natureza de um empréstimo, na medida em que decorre do mesmo, a assunção da responsabilidade de pagamento de juros e garantias ao Estado;



2 – Em função da apreciação feita, pergunta-se, face à legislação actualmente em vigor, se o montante contratado cumpre com as normas aplicáveis aos limites de endividamento das Autarquias Locais;

3 – Atendendo às dificuldades surgidas, no que diz respeito à contenção do défice do sector público, têm vindo a ser estabelecidas restrições ao endividamento das autarquias. Neste sentido, questiona-se, se a operação ora em apreciação, cumpre as demais limitações ao endividamento municipal, constantes do artigo 19º, da Lei n.º 32-B/02, de 30/12, que aprovou o orçamento do Estado, e, por conseguinte, as normas orçamentais em vigor para o ano 2003.

Da resposta solicitada a V.Ex.a, irá depender a realização ou não, da sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, solicitada por aquele Deputado Municipal."

Este foi o ofício que enviei e a resposta que recebi, foi aquela de cujo o teor dei conhecimento aos líderes dos Grupos Municipais. Se o senhor Deputado ainda não está esclarecido e se quer efectivamente que seja pedido um parecer ao Tribunal de Contas, basta apenas fazer o requerimento e se a Assembleia o aprovar, proceder-se-á em conformidade.

Penso que eram só este dois assuntos que pessoalmente entendi por bem, dar conhecimento aos Srs. Deputados e daria agora a palavra à Sr.ª Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Obrigada Sr. Presidente.

Gostaria de dar um esclarecimento prévio, antes de entrar nas duas ou três questões, que me foram colocadas directamente.

Os assuntos que vêm à Assembleia Municipal, cujo agendamento é solicitado pelo executivo, são aqueles que são obrigatórios virem à Assembleia Municipal. Isto não impede, que a Assembleia Municipal agende por sua livre vontade, aquilo que quiser discutir sobre os interesses do Município. Todos são livres de agendar. Agora, o executivo manda à Assembleia Municipal aquilo que efectivamente tem que mandar, porque a Lei assim o exige e porque de facto é competência da Assembleia Municipal. Portanto, qualquer cidadão ou Deputado Municipal, pode agendar aquilo que entender para discutir aquilo que quiser. E naturalmente que o executivo, estará



disponível, para dar os esclarecimentos todos que entender serem necessários para poderem ajuizar as coisas com clareza.

Relativamente ao assunto do Sr. Deputado Rui Caseiro, concretamente em relação a notícias que leu, elas são totalmente falsas. Aliás, não li mas posso-lhe dizer que são notícias do "Diabo" e basta isso. Não têm rigor absolutamente nenhum e a verdade é que se foi uma notícia que foi dada, não foi pedido qualquer tipo de informação à Câmara, porque senão, naturalmente que eu sabia. Agradeço-lhe que se tiver recortes do jornal para me dar, me faça chegar porque desconheço totalmente e não são verdade.

Relativamente a duas questões sobre acessibilidades, importantes sem dúvida nenhuma. A E.N 109/9 e o IC2, é preciso que fique clarificado, de uma vez por todas, que se tratam de estradas nacionais, não são estradas municipais. Isso não significa, que não sejam estradas importantes para serem intervencionadas. Toda a gente aqui, conhece a comédia triste à volta do IC2.

O IC2 era um troço, sobretudo este que vai entre o Alto do Vieiro e a Cova das Faias, em que estava prevista a sua intervenção profunda, com o alargamento para quatro faixas, que era de facto aquilo que é necessário. Como é sabido também, o concurso que foi aberto em determinada altura, teve uma série de vicissitudes e acabou por ser anulado. Neste momento, a informação que temos, é que as intervenções que vão ser feitas, sobretudo para o EURO 2004, são pequenas operações para evitar alguns congestionamentos mais graves. Ou seja, considero e é público, que são pequenas operações de cosmética. Não é isso que precisamos no IC2. E portanto, o que tenho feito são reuniões sucessivas, quer com os sucessivos Presidentes do IEP quer com os sucessivos Secretários de Estado e também Ministros do respectivo sector.

Neste momento está previsto fazer um projecto de raiz e novamente concurso. O que peço a todos é que de facto se faça aqui uma grande pressão e uma grande força, para demonstrar a urgência desta intervenção. Todos somos poucos para exigir isso, porque é realmente uma carência daqui do concelho, mais do que isso, porque aquela estrada serve mais do que o concelho, é uma estrada estruturante e cuja intervenção tem sido sucessivamente adiada. É uma triste sina, mas não se resolve o problema, fazendo reuniões com a responsável local do Instituto de Estradas de Portugal, como aqui foi pedido. A ela compete-lhe fazer as ditas operações de cosmética, mas não é isso que queremos. Queremos uma intervenção



de fundo, porque independentemente de termos a A17, esta continua a ser uma estrada estruturante, uma coisa não invalida a outra.

O que é sabido também, é que entretanto, já foi aberto concurso relativamente ao IC36. Houve algum avanço, foi publicado recentemente, mas o IC2 continua sem perspectiva de avançar rapidamente. A última informação que nos deram, foi que estava a ser feito um projecto de fundo para que depois houvesse o estudo de impacto ambiental, porque a isso obriga, apesar de parecer ser um alargamento simples. O que peço a todos é que se juntem a mim, para conseguir aquilo em que estamos todos de acordo e que é o que Leiria já merecia há muito tempo.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Presidente .

Antes terminar este período de "Antes da Ordem do Dia", tenho aqui três documentos que foram entregues à Mesa dos quais que passo a dar conhecimento, para tomarmos as devidas deliberações se for esse o caso.

Vou começar pelo último a ser entregue, que foi apresentado pelo Sr. Deputado Luís Pinto, no qual faz um desafio ao Presidente da Assembleia Municipal e à Sr.^a Presidente da Câmara para a realização de um Fórum, em que fossem discutidos os grandes temas e os contributos para a construção de um ambicioso plano estratégico para Leiria, que infelizmente não temos.

Este documento não vai ser colocado à votação. O desafio é feito directamente ao Presidente da Assembleia, o qual pessoalmente aceito e vou enviar o documento à Sr.^a Presidente, para depois nos informar na próxima sessão. Se efectivamente este desafio for aceite por parte da Câmara, pela Sr.^a Presidente...

Deseja dar um esclarecimento Sr.^a Presidente?

Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu posso levar o assunto à Câmara mas julgo que a Câmara não irá ter uma opinião diferente da minha. Estou absolutamente de acordo, mas já agora, interessava clarificar algo daquela informação. Existe um plano estratégico Leiria/Marinha Grande e existe um plano estratégico da Associação de Municípios da Alta Estremadura...



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Presidente, se não se importar depois dava essas informações por escrito, para que na próxima Assembleia analisemos e deliberemos sobre isso.

Depois, há aqui uma proposta que vai ter que ser votada, do Sr. Presidente de Junta da Ortigosa, que passo a reler:

"Utilizando o direito que me é conferido pelo Regulamento da Assembleia Municipal de Leiria, submeto à votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta:

- a) Considerando a actual situação financeira do País
- b) Considerando os elevados encargos financeiros para o Município resultante dos empréstimos contraídos para a remodelação do Estádio Dr. Magalhães pessoa
- c) Considerando os elevados custos de manutenção do novo estádio a suportar na totalidade pela Câmara Municipal de Leiria
- d) Considerando que os encargos descritos na alínea b) e c) terão no futuro uma repercussão negativa no orçamento da Câmara Municipal
- e) Considerando que quanto mais custos a Câmara assumir, menos verbas terá disponível para investir nas freguesias do concelho

- f) Considerando que não será estratégico para o futuro do concelho o acordo com a União de Leiria/SAD
- g) Considerando que por falta de verbas se estão a adiar obras importantíssimas nas freguesias do concelho de Leiria

Proponho, que a Câmara Municipal de Leiria, renegocie o acordo com a União de Leiria/SAD, de forma a não hipotecar o desenvolvimento das freguesias e a qualidade de vida dos habitantes deste concelho."

Antes de colocar esta proposta à votação, pergunto se alguém se quer pronunciar?

Sr. Deputado Branquinho Crespo, faça favor.

DEPUTADO BRANQUINHO CRESPO (PPD/PSD)

Branquinho Crespo, PSD.

Relativamente a esta proposta, embora aceite que se tenha de discutir, penso que os considerandos só podem ter razão de ser, após a discussão do acordo que não conheço, que terá havido entre a Leirisport e eventualmente a União de Leiria/SAD.



Estes considerandos, não permitem sustentar aquela finalidade. Depois de discutir, é que teremos ou não estes considerandos, mas não antes. Não sei que acordo existe, nem sei em que termos será benéfico ou prejudicial para o Município. Nessa medida, voto a favor mas terei que fazer uma declaração de voto.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

O proponente desta proposta deseja pronunciar-se sobre isto?

Quer que ponha a proposta à votação? Muito bem!

Quem vota contra esta proposta?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com um voto contra e dezassete abstenções, aprovar esta proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Branquinho Crespo.

DEPUTADO BRANQUINHO CRESPO (PPD/PSD)

Agora faço eu considerandos!

Considerando que é um dever indeclinável da Câmara e neste caso também da Leirisport, explicar devidamente o acordo que terá havido com a Leirisport;

Considerando que é uma matéria da competência da Assembleia, entendo que esta proposta deve ser votada favoravelmente, mas dela não partilho neste momento os considerandos.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Há aqui um requerimento, do Sr. Deputado Rui Caseiro, dirigido à Mesa e que diz o seguinte:

"Requero, que nos termos da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Setembro, a Câmara dê seguimento aquela deliberação e me entregue os elementos contabilísticos requeridos."

Sr. Deputado Rui Caseiro, isto vem no seguimento dos documentos que lhe distribuí?

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Não. A referência que fiz foi relativamente aos documentos contabilísticos que a Assembleia Municipal deliberou por maioria, que fossem entregues a todos os Deputados- o balanço reportado a 31 de Agosto, no prazo de trinta dias. Até agora



isso não aconteceu e nem foi dada qualquer justificação. Em consequência do silêncio da Sr.^a Presidente, fiz esse requerimento para que ficasse registada a minha insatisfação face a essa situação. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, a Mesa veiculou o pedido à Sr.^a Presidente e vai reiterar a necessidade dessa informação.

Deseja usar da palavra Sr.^a Presidente?

Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não lhe respondi pela seguinte razão: O único pedido veiculado pela Assembleia, no sentido de fornecer elementos, foi exactamente o documento que vos forneci na última Assembleia, concretamente aquela listagem .

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, esclarece-se já esse assunto. Já vou saber o que é que foi pedido à Câmara, entretanto há aqui um voto de protesto.

Antes da dar conhecimento deste voto de protesto à Assembleia, na minha opinião, julgo que o Partido Socialista o deveria retirar, a menos que, faça questão de o manter! Passo a ler :

"O Grupo do Partido Socialista apresenta um voto de protesto pela falta de solidariedade institucional, por parte da Câmara Municipal de Leiria para com o Presidente da Assembleia Municipal, não o convidando para o camarote presidencial, aquando da inauguração do Estádio Magalhães Pessoa.

A falta deste convite ao Presidente da Assembleia, fere toda a Assembleia Municipal."

Este voto de protesto é subscrito por dez senhores Deputados.

Relativamente a este assunto, já irei informar a Assembleia, tal como o fiz quando fui questionado sobre o assunto pela comunicação social.

Para que o ponto anterior fique claro, foi enviado à Sr.^a Presidente da Câmara um ofício com o seguinte teor:



"Na sequência do requerimento que me foi apresentado pelo Partido Socialista, solicito a V.Ex.a que me seja remetido dentro dos prazos legais, a seguinte documentação : Listagem de Credores e valor das dívidas reportadas à data de 31 de Agosto 2003."

E há ainda um outro ofício, que seguiu no mesmo dia que diz:

"Para cumprimento do deliberado por este órgão, na sua sessão ordinária de 24 de Setembro, na sequência da proposta apresentada pelo Sr. Deputado Rui Caseiro, a Assembleia Municipal de Leiria, ao abrigo da legislação em vigor, solicita a V.Ex.a, que a Câmara de Leiria apresente no prazo de sessenta dias, um balanço analítico reportado à data de 31 de Agosto de 2003."

Era este o pedido Sr. Deputado Rui Caseiro?

Muito bem!

Faça favor Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Como disse, só tinha ideia do outro pedido que foi fornecido. Este naturalmente também o será.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Penso que em relação ao assunto do convite, julgo que o Partido Socialista não quer pôr água na fervura, muito pelo contrário, quer pôr lume na panela. Contudo, vou explicar o que se passou, porque nunca me pronunciei acerca dos convites para a inauguração do Estádio.

Fui confrontado por um jornal local para me pronunciar sobre a minha ausência na inauguração. E o que disse claramente, foi que institucionalmente, o Presidente da Assembleia não foi convidado. E expliquei porquê. Recebi, aquilo que certamente os senhores receberam, bem como receberam os anteriores membros que já passaram por esta Assembleia e pelas Juntas de Freguesia. Foi isso que transmiti à comunicação social e foi isso que foi transcrito pela comunicação social.

Também pedi entretanto à senhora que dá apoio à Assembleia Municipal, que me fosse buscar aquilo que recebi, que certamente é igual ao que todos receberam. Isto



que recebi, não considero em termos institucionais, um convite para o Presidente da Assembleia Municipal, ir à inauguração do Estádio e ao jogo de futebol. Este é o meu entendimento.

Provavelmente para as outras pessoas, poderá ser aceite como tal, mas institucionalmente, para mim não o é. Portanto, foi por esta razão que disse não ter sido convidado para o evento e era esta a informação que vos pretendia dar.

Se a Sr.^a Presidente quiser esclarecer, faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria esclarecer, que o convite que o Sr. Presidente recebeu, foi efectivamente o convite que toda a gente recebeu. Receberam os senhores Presidentes de Junta e Presidentes de Junta antigos, os membros da Assembleia Municipal e anteriores membros e devo dizer também, que o convite ia dentro de um envelope e dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal, como ia dirigido às outras pessoas, em nome pessoal. Portanto, nenhum dos convites era nominativo. Era um convite geral, em que indicava a hora e o local do evento. E esse convite como sabem, dizia em rodapé, que quem respondesse afirmativamente ao convite, deveria dar conhecimento aos respectivos serviços, a fim de ser trocado o convite pelo bilhete.

A informação que os serviços do gabinete que me dá apoio e que coordenou esta questão, foi que por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não valia a pena guardar o bilhete porque ele não queria ir.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Em relação a este assunto, peço que não hajam mais questões. Aliás, para encerrar de vez o assunto, vou só dar mais um pequeno esclarecimento, insignificante mas que faço questão de o fazer.

A informação que prestei ao gabinete de apoio à Sr.^a Presidente, não foi na altura que me entregaram o convite Dois dias antes, contactaram o gabinete de apoio à Assembleia, no sentido de saber se ia levantar o bilhete, porque além desse bilhete, tinham mais alguns para poder dar a quem eu entendesse. E só nessa altura, disse de facto, que não ia.

O Sr. Deputado Luís Pinto fez um pedido de esclarecimento?

Faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

O pedido de esclarecimento é também em relação à localização.



Sendo o Presidente da Assembleia Municipal a segunda figura do concelho, além do mais também acumulando com a figura de Deputado, mas, o que interessa aqui é a segunda figura do concelho, gostaria de saber, se o convite era para o camarote presidencial.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O bilhete do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ficou no meu gabinete até ao dia do jogo. Era exactamente para a primeira fila do camarote presidencial e portanto, ficou no meu gabinete até à data do evento, porque podia o Sr. Presidente mudar de ideias. Nem sequer foi transmitido a mais ninguém.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Góis Martins!

DEPUTADO GÓIS MARTINS (PPD/PSD)

Góis Martins, PSD.

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente, Srs. Deputados!

Só uma pequena chega a esta questão.

O problema do convite para a inauguração do Estádio, não foi diferente de tantos outros convites em tantos outros eventos. Como a Sr.ª Presidente disse, e bem, o convite que foi enviado, foi igual para toda a gente. Mas peca por defeito.

Não é um convite para o Sr. Presidente nem para os Deputados desta Assembleia. Foi um convite de tal forma elaborado, que enganou toda a gente. Por acaso repararam quantos eram os Deputados que estiveram na cerimónia da inauguração? Se calhar nenhum, ou muito poucos! Porquê? Porque o convite não referia concretamente o que é que se passava, onde e a que horas. O convite dizia que a inauguração era às vinte horas, dizia que deveria ser trocado por um bilhete de acesso ao estádio, mas ninguém informou aonde é que era feita a cerimónia!

Resumindo, os Deputados desta Assembleia, têm sido sempre muito mal tratados, quando se trata de qualquer evento. Muitas das vezes, não são convidados a estar presentes, outras vezes não o são da forma como mereciam ser.

Sugeria que no futuro, houvesse uma maior preocupação em convidar objectivamente os convidados, ou seja, para quê, quando e onde! Obrigado



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Julgo que este assunto está esclarecido e antes de entrarmos no período da "Ordem do Dia", dada a quadra festiva que estamos a atravessar, fazíamos um intervalo de quinze minutos e convidava todas as pessoas aqui presentes, para saborear uma fatia de bolo rei e um cálice de vinho do Porto.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos então dar início à nossa ordem do dia.

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Estão abertas as inscrições!

Sr. Deputado Manuel José Carvalho, faça favor!

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite!

Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Imprensa.

Apenas um pequeno pormenor, que aliás, é um grande pormenor, entenda-se, na página 4 deste relatório, no 1º parágrafo, 8ª linha, que diz "Beneficiação da Estrada da Estação".

Acontece que hoje, reparei que estava lá um corte num bocado da via em beneficiação, da célebre rotunda do Bairro das Almuinhas. Já aqui se falou hoje muito em termos de estradas, sinalização, IC2, etc. Também era para falar no IC2,



porque entro lá todos os dias e vejo a insegurança que temos, mas não me vou pronunciar novamente sobre isso.

Em relação à estrada, também na rotunda do Bairro das Almuinhas, continuamos a não perceber porque é que aquela rotunda está desfasada do eixo da via. Todas as semanas é repostado lá mais um pedregulho, porque há sempre um carro que vai em frente e que choca com aquela rotunda. Reparámos que hoje, porque havia Assembleia Municipal, se está lá a fazer um arranjo. Não sei se vão pôr alguns vasos à volta da rotunda.

Como se recordam, aquando do alcatroamento daquela estrada, tive o privilégio de estar numa manifestação com o Sr. Presidente da Junta e com o Sr. Vereador Fernando Carvalho e o que é certo é que na altura, a estrada foi alcatroada .

A 1ª fase foi feita de imediato, foi esclarecido o assunto, mas isso foi à cerca de um ano. Quem passa por aquela estrada, continua a ver todo o resto por fazer e por isso, se não estivesse aqui esta frase não interviria, iria dar mais algum tempo, atendendo a que estamos numa quadra festiva. Agora, como a frase está cá, queria saber da parte da Sr.ª Presidente, qual é a previsão para o acabamento daquela estrada, em termos de alcatroamento, porque apesar da linha do Oeste como nós sabemos, estar como está, continua a ser uma via de entrada da nossa cidade, para quem vem de fora. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Mais alguém se quer pronunciar sobre este ponto? Não !

Dava a palavra à Sr.ª Presidente para responder às questões colocadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Se o Sr. Presidente não se importar, passava a palavra ao Sr. Vereador Fernando Carvalho, para dar as explicações.

VEREADOR ENG.º FERNANDO CARVALHO

Boa noite a todos.

Fernando Carvalho, Vereador.

Para dar resposta ao Sr. Deputado Manuel José Carvalho, dir-lhe-ia que a Estrada da Estação, está no Plano de actividades. É uma obra que está em curso, falta de facto acabar alguns trabalhos, nomeadamente a colocação da camada de desgaste, mas a



nossa previsão é que, durante o primeiro trimestre de 2004, os trabalhos possam estar concluídos. Há ainda trabalhos de sinalização a complementar, tem sinalização provisória e em relação à geometria da rotunda, ela foi estudada pelos técnicos competentes. Foi encontrada, julgo eu, a melhor solução possível.

O facto de algumas pessoas irem embater à rotunda, também lhe posso dizer que por exemplo, na rotunda da Almuinha Grande, que é enorme, tem sessenta ou setenta metros de diâmetro, se pode constatar que também tem alguns lancis arrancados de vez em quando e isso deve-se a outras razões, como pode imaginar.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Vereador.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade tomar conhecimento do relatório sobre a actividade do Município e relatório financeiro, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01,

Vamos passar ao ponto n.º 2.

2. DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA-
Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea s) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por maioria com uma abstenção, aprovar os Protocolos de Delegação de Competências em Juntas de Freguesia.

3. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2004 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Estão abertas as inscrições!



Sr. Deputado Rui Caseiro, faça favor!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Rui Caseiro, Partido Socialista.

Este é um tema, que merece de facto alguma reflexão profunda e em que os documentos que nos foram apresentados, estão excessivamente compactados, para que possamos tomar uma decisão em consciência.

Em anexo a este documento, vinha uma cópia do ofício da Associação Nacional de Municípios, que fazia referência este tema e aconselhava os Municípios a votarem de acordo com um parecer interno.

Este assunto, digamos assim, é um assunto que vai ter muita relevância nos futuros orçamentos municipais. O que vai acontecer, é que vai haver uma transferência indirecta, das transferências que o Estado vai deixar de fazer, à medida que este imposto vai sendo implementado e que vai custar bastante ao bolso dos contribuintes portugueses.

Deveríamos, em consciência, estudar pormenorizadamente este assunto. Sou até apologista de que deveria ser criada uma Comissão de Análise. Isto porque a filosofia de avaliação dos prédios vai ser diferente, é uma avaliação que comporta algum conhecimento, até porque o concelho vai ser zonado, vão ser criadas zonas de avaliação, o valor da construção vai ser levado em consideração, as áreas cobertas e descobertas e as aplicadas na construção vão todas elas ponderar pelo preço final e na taxa final que vai pagar cada um dos prédios.

Vai ser como vos disse, um caso muito pesado para o orçamento de todos nós, que temos prédios, por isso chamava a atenção para a necessidade de ser constituída uma Comissão no âmbito da Assembleia, que estudasse o fundamento disso, para que depois fosse tomada uma decisão. Não em função de um parecer da Associação Nacional de Municípios, que dá a sensação de ter sido um pouco à pressa, mas sim um parecer fundamentado concretamente para o nosso concelho. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra à Sr.^a Presidente.



PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

As taxas para o novo imposto, têm que ser fixadas até ao final do ano. Se não forem fixadas, automaticamente serão fixadas pelos valores mais baixos. E concerteza, por aquilo que disse, nem o senhor quer, nem nenhum de nós quer que com a introdução deste novo imposto, haja redução das receitas municipais. Portanto a fixação e a indicação que a Associação Nacional de Municípios dá não é, ao contrário do que diz, uma resposta leviana ou superficial. É efectivamente com alguns indicadores, que foram apresentados pela própria Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que fazem algumas projecções relativamente ao caso do imposto ou da taxa que vai ser fixada para os prédios antigos. Como vê, há duas taxas

Uma para os prédios antigos e outra para os prédios novos. E são diferentes porquê? A taxa dos prédios antigos, é mais alta do que a dos prédios novos, porque os prédios antigos não vão ser alvo de uma avaliação, com base em valores de mercado, ao contrário da dos prédios novos e portanto, a taxa é mais nervosa. É uma fixação de valores automática, tem a ver com avaliações dos preços de mercado.

As projecções que existem no caso dos vários Municípios, que a Direcção Geral das Contribuições e Impostos nos facultou, são apenas projecções que apontam, no caso do Município de Leiria, para a única projecção possível de fazer, que é em relação aos prédios velhos e que irá manter, numa primeira projecção, os valores actuais da contribuição autárquica ou seja, fixar no valor máximo. Isto é genérico para todos os Municípios e daí, a recomendação da Associação Nacional de Municípios.

Agora, relativamente ao acompanhamento, acho que o Sr. Deputado tem toda a razão. É tudo novo, o imposto é novo e é importante que haja um acompanhamento rigoroso, para saber quais são os comportamentos que isto vai ter, porque não sabemos, sobretudo em relação aos prédios novos.

Como perceberam, há aqui uma excepção que foi considerada e que está prevista na Lei para a área da zona crítica do Centro Histórico. Como incentivo à recuperação, à intervenção nas casas e simultaneamente, para criar condições mais favoráveis que permitam às pessoas fazerem essas intervenções.

Portanto, a proposta é fixar nos valores máximos, por haver aqui algum desconhecimento e porque as projecções que existem são básicas, indicam que a única hipótese de mantermos a receita que existe actualmente, é fixar os valores



máximos. Daí o facto de vir aqui, com base também nesta recomendação da Associação Nacional de Municípios, a fixação nestes valores fazendo o desconto por assim dizer, em relação à zona crítica do Centro Histórico.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Em relação à Comissão, tenho algumas dúvidas. Gostaria de saber qual era a finalidade dessa Comissão.

Sr. Deputado não se importa de nos vir esclarecer? Faça favor.

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

O imposto municipal sobre imóveis, vai incidir sobre uma base tributável. Para chegar a essa base tributável, os prédios têm que ser avaliados. Com o conhecimento desses valores e dos valores que a eventual Comissão fixar para o valor da construção aqui na zona, poder-se-á depois chegar a um consenso, em função dessas valores.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Srs. Deputados, penso que nos deveríamos debruçar sobre o assunto e tomar uma posição sobre a fixação deste imposto. Uma vez que tem de ser aprovado até ao final do ano, sem esquecermos a possibilidade de virmos a criar essa Comissão, é preciso saber no entanto, quem é que tem competência para fazer essa avaliação.

Se for da competência da Câmara, podemos acompanhar. Mas se for competência das Finanças, a nossa participação fica muito limitada.

De qualquer maneira, acho que isto merece uma maior discussão e não vamos aqui criar uma Comissão, que depois vá interferir com um trabalho que não é nosso e que ultrapassa as nossas competências.

Faça favor Sr. Deputado Olegário Angélico!

DEPUTADO OLEGÁRIO ANGÉLICO (PPD/PSD)

Olegário Angélico, PSD.

Boa noite a todos!



Em relação a esta matéria, não temos qualquer influência na fixação do valor patrimonial dos imóveis. Esta Lei que está em vigor desde o dia 03 de Dezembro, vai funcionar mais ou menos do seguinte modo:

Os prédios que hoje já têm valor patrimonial atribuído, vão ser avaliados automaticamente, através de uma tabela de um índice de desvalorização monetária, que já está publicada. Portanto, qualquer um de nós pode saber qual é o coeficiente que vai ser aplicado ao seu imóvel e essa tabela, valoriza os imóveis todos, a partir de 1977 até hoje, com diferentes coeficientes. Para os imóveis cuja licença de habitabilidade ou de utilização seja emitida a partir de agora, esses sim, vão ser objecto de uma avaliação dos serviços competentes do fisco, cujos critérios de avaliação também já estão estabelecidos. Falta ainda, penso eu, criar os ponderadores, de acordo com as zonas onde esses prédios estão inseridos.

Nós podemos criar uma Comissão, mas essa Comissão, terá um trabalho que não serve rigorosamente para nada. Passo a explicar porquê.

Quem tem capacidade ou tem o direito de reclamar da avaliação, é o titular do bem, que pode reclamar do valor que é atribuído, em que lhe pode ou não ser dada razão. Isto para os prédios novos face ao novo método de avaliação.

Para os prédios antigos, eles serão também objecto de uma avaliação deste tipo, se se necessitar de uma nova licença para fazer obras, ou para fazer qualquer alteração patrimonial a esse bem. Nesse caso, esse bem, também será objecto de avaliação pelo novo método, que mais uma vez como já referi, qualquer pessoa poderá reclamar, se entender que não concorda com o valor que lhe é atribuído.

Em relação ainda aos prédios antigos e eu estudei em profundidade esta Lei, acho que está bem feita. Para que as pessoas tenham alguma almofada de segurança, também está estabelecido que, por exemplo, se a pessoa pagava X o ano passado, este ano pelo novo método, o agravamento não pode exceder mais de sessenta euros. Ou seja, o agravamento do imposto para toda a gente em 2004 não pode exceder sessenta euros e em 2005 salvo erro, não pode exceder setenta e cinco euros. Não me lembro dos outros valores, mas está estabelecido durante quatro ou cinco anos, qual é o acréscimo anual máximo, que cada um de nós pode suportar.

Portanto, dados estes esclarecimentos, julgo que não faz sentido criarmos qualquer Comissão. Eventualmente o que fará sentido, é durante a execução orçamental em 2004, o executivo dar-nos conhecimento da evolução que as receitas estão a ter.



Também a título pessoal, é uma convicção minha, acho que não vai ter grande efeito nos próximos três anos. Julgo que vai ser bom para as receitas municipais e eventualmente mau para os proprietários no prazo de dez anos, quando todos os bens forem avaliados pelo novo método. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado pelos esclarecimentos.

Srs. Deputados, penso que neste momento nos devemos cingir ao objectivo do agendamento deste ponto, sem prejuízo de mais tarde voltarmos a abordar este assunto.

Sr. Deputado José Pedrosa!

DEPUTADO JOSÉ PEDROSA (PS)

José Pedrosa, Partido Socialista.

Digníssimo senhor Presidente, Sr.^a Presidente da Câmara, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta!

Sobre este assunto queria apenas dar uma achega.

Se bem entendi da leitura de um jornal diário, a informação que dava sobre esta matéria referia a Assembleia Municipal de Lisboa, que também tinha uma proposta, cujos valores estavam fixados nos máximos. E por razões que não pude aduzir quais, baixou aqueles valores. Neste momento aquilo que está em causa, não é propriamente a avaliação do património, mas a taxa que esta Assembleia irá aprovar e fixar para esse património.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

É precisamente isso Sr. Deputado, há uma proposta da Câmara. O senhor deseja apresentar alguma proposta? Não!

Então vamos votar a proposta da Câmara, que aponta para os valores 0,5% e 0,8%, com excepção para o Centro Histórico.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea f), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por maioria,



com cinco votos contra e seis abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria e fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) :

- 1) Prédios urbanos [alínea b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,8%;
- 2) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI [alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,5%.
- 3) Para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto n.º 15/2001, de 22 de Março, minoração de 25% para ambas as taxas,
 - 3.1) Taxa efectiva da alínea b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI . 0,6%
 - 3.2) Taxa efectiva da alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI – 0,4%.

4. XXXª MODIFICAÇÃO (1ª REVISÃO) AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Sr.ª Presidente, quer dar uma explicação?

Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Era só uma explicação prévia, porque a deliberação pode não ser suficiente para entender.

Isto é apenas a inclusão no orçamento de 2003, do saldo que transitou de 2002. É obrigatório vir à Assembleia.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por maioria, com seis abstenções, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Leiria.

5. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEIRISPORT EM- Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;



Estão abertas as inscrições"

Sr.^a Deputada Susana Ervilha, faça favor!

DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia, à Sr.^a Presidente, aos demais Vereadores, aos meus colegas e aproveito para desejar um Feliz Natal e um bom ano.

Venho aqui falar sobre este ponto, mas não me vou pronunciar quanto à proposta inicial, que a Câmara por aquilo que nos foi dado a conhecer pela imprensa, nos vinha aqui propor. Os aumentos que foram veiculados eram escandalosos, por isso vou apenas cingir-me à proposta que aqui vem hoje e que apenas também hoje, nos foi distribuída. Mais uma vez pedia ao Sr. Presidente, que faça com que estes documentos sejam entregues com um bocadinho mais de antecedência, porque gostamos de os analisar, para podermos tomar as nossas decisões, com consciência daquilo que estamos a fazer.

Quanto à proposta revista da Câmara Municipal, para as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Leirisport, que hoje estamos aqui a votar, o voto dos Cidadãos Independentes, terá de ser um voto contra pelas seguintes razões:

No dia 27 de Dezembro de 2001, a Assembleia Municipal aprovou a remuneração dos membros dos órgãos sociais da Leirisport e definiu que esta remuneração, vigorava até ao final do mandato de actividade dos referidos membros, mandato este que coincide com o mandato autárquico e que só termina daqui a dois anos. Daí que, não entendemos a presente alteração. Também tal não nos foi explicado, nem mesmo a proposta vem fundamentada ou com uma nota prévia, ou com qualquer outro esclarecimento.

Por aquilo que nos foi dado a perceber, a mexida nas remunerações do Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, teve em vista compensar a redução de 50%, imposta pelo parecer n.º 77/2002 e também pelas demissões a este subsequentes. Ora, estas adaptações que de todo não são justificadas, não abonam em nada para o prestígio da Câmara e da Leirisport e da sua esperada transparência



de actuação. Entendemos que os aumentos de retribuição, devem ser apreciados em função de diversos critérios, que ocorram durante o ano económico, facto que aqui não se verificou nem nos foi informado.

Também entendemos, que a Leirisport continua a mostrar-se uma empresa inútil, pois limita-se a repetir a estrutura administrativa da Câmara. A sua gestão, não obtém ganhos de eficácia e de rentabilidade, não logrou atingir nenhum dos objectivos a que se propôs. A tão apregoada celeridade dos processos não se viu, estão à vista os atrasos.

A Leirisport não cumpre com o princípio da informação e transparência, pois muitos dados referentes a esta empresa, só vieram a público com a auditoria do Tribunal de Contas e nem sequer tem capacidade negocial para contrair empréstimos. Não tem qualquer credibilidade junto das instituições de crédito, pois até agora, só obteve empréstimos através da Câmara.

Mais!

Continuamos a entender que, apesar das modificações operadas nos órgãos sociais, os gestores em exercício, os nomeados, não têm qualquer habilitação profissional para o exercício do cargo e alguns, nem têm qualquer experiência no exercício de cargos de gestão. Temos dois licenciados: um em Educação Física e outro em Filosofia. Estamos a falar de uma empresa que gere milhares de euros desta Câmara. Votamos contra, porque nada se alterou na Leirisport, para que possa justificar a alteração da remuneração dos órgãos sociais. Nem o trabalho feito o justifica. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigada Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Olegário Angélico.

DEPUTADO OLEGÁRIO ANGÉLICO (PPD/PSD)

Olegário Angélico, PSD.

Em relação à proposta que nos é aqui apresentada, queria fazer um pedido de alteração à mesma.

Em determinada altura na proposta, diz-se que "***Anualmente, após publicação oficial da taxa anual de inflação do ano anterior, proceder-se-á***



automaticamente à actualização das remunerações ilíquidas pelo valor desta taxa, com efeitos retroactivos a Janeiro do ano corrente."

Seguindo as orientações ocorridas em 2003, para os ordenados da função pública que também foram seguidos para os autarcas, não houve qualquer alteração dos vencimentos, para quem auferem um vencimento superior a mil euros.

Na mesma lógica de raciocínio, a alteração que queria aqui propor, era que se eliminasse pura e simplesmente, esta "actualização automática" dos vencimentos anualmente.

Se se justificar e se houver necessidade de se alterarem as remunerações, anualmente, virão aqui à Assembleia, com uma proposta para ser aprovada, para vigorar nesse ano. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Muito brevemente para reiterar as posições que os representantes do Partido Socialista tiveram na reunião de Câmara, no sentido de aquando do estudo destas e de outras remunerações, não só da Leirisport como de qualquer outra empresa municipal que venha a ser criada ou de extensão, seja feito de acordo com aquilo que são as remunerações autárquicas. Trata-se de uma empresa municipal, depende do Município e até para não criar problemas em termos comparativos, nomeadamente com Chefes de Divisão e outros responsáveis, era importante que tudo estivesse em linha e anualmente, quando se definissem umas coisas se definissem outras, ou como propuseram os vossos Vereadores, que fosse criada uma Comissão para estudar um método definitivo, tendo em conta de facto, as remunerações autárquicas. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra à Sr.^a Presidente, se bem percebi há aqui duas propostas verbais.



Há uma proposta do PSD, para que a Câmara retire o parágrafo da "actualização", que vai ter que ser posta à admissão e votada. O Sr. Deputado Luís Pinto também fez alguma proposta? Não!

Sr.^a Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Apenas dois esclarecimentos em relação à intervenção da Sr.^a Deputada Susana Ervilha.

Quando diz que as remunerações foram fixadas em 27 de Dezembro de 2001 por esta Assembleia, não foram por esta Assembleia. Foi pela Assembleia Geral da empresa, que na altura funcionava com Assembleia Geral.

A razão de virem agora à Assembleia tem a ver com dois aspectos. A partir do momento em que a empresa passou a ser exclusivamente municipal, o órgão que faz a fiscalização da empresa é a Câmara, porque deixou de ter Assembleia Geral. E de acordo com uma nova Lei que saiu em 2002, passa a ser obrigatório nestes casos concretos, que a fixação dos vencimentos venha à Assembleia Municipal.

No entanto, pode-me colocar a questão da vinda à Assembleia e vêm por duas razões:

Primeiro porque a lei obriga e depois porque há alterações dos vencimentos efectivamente. Há alteração do vencimento do Presidente, diminui e há a fixação de uma nova remuneração para uma nova administradora, que veio substituir o Eng.^o Fernando Carvalho, que como sabem, era administrador e saiu na sequência do parecer da Procuradoria Geral da República.

Relativamente à proposta apresentada pelo Sr. Deputado Olegário, não tenho nada a opor. Se o Sr. Presidente quiser pôr à votação, eu aceito.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Se a Câmara aceita esta alteração, vamos votar a proposta da Câmara sem o parágrafo que dá a possibilidade de haver qualquer tipo de aumento.



Alguém se quer pronunciar? Não!

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea I), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09 com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, delibera, por maioria, com votos contra do PS e com os votos de abstenção do CDS/PP e Cidadãos Independentes, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria, retirando o seguinte parágrafo :

" Anualmente, após publicação oficial da taxa anual de inflação do ano anterior, proceder-se-á automaticamente à actualização das remunerações ilíquidas pelo valor desta taxa, com efeitos retroactivos a Janeiro do ano corrente. "

6. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS NA ZONA INDUSTRIAL DA COVA DAS FAIAS (ZICOFA) – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Inscrevem-se os Srs. Deputados José Manuel Verdasca e António Ferrinho!

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Marrazes. Faça favor!

DEPUTADO ANTÓNIO FERRINHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARRAZES)

António Ferrinho, Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes.

Boa noite a todos!

Este assunto e a razão porque venho aqui, é relativamente à deliberação que a Assembleia vai tomar e que diz respeito a dois pontos distintos. O primeiro é a desafectação de uma parcela de terreno para o Instituto de Emprego e Formação Profissional e outra para os CTT.

A Junta de Freguesia de Marrazes, pronunciou-se em relação a isto e quanto ao IEFP não viu quaisquer inconvenientes. No entanto, a mesma opinião não teve quanto aos



CTT. Por esse motivo, propunha que a deliberação que vai ser tomada por esta Assembleia, ficasse dependente, da decisão que vier a ser tomada posteriormente pelos órgãos da Freguesia.

Neste momento, como disse, o assunto já foi apreciado pelo executivo da Freguesia, mas falta ainda a Assembleia de Freguesia pronunciar-se sobre o mesmo, o que em princípio, será no próximo dia 29.

Isto porque para o Instituto de Emprego, há necessidade de ter uma resposta até ao final do ano e por esse motivo o assunto vem agora à Assembleia Municipal.

Daí, a minha proposta para que este assunto fique dependente, em termos de deliberação, até à decisão dos órgãos da Freguesia. Pelo que, por uma questão de coerência, vou-me retirar da sala e não vou participar na votação deste ponto.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Deputado José Manuel Verdasca!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL VERDASCA (PPD/PSD)

José Manuel Verdasca, PSD.

O que tinha para dizer, fundamentalmente já foi explicado pelo Sr. Presidente da Junta, portanto, se alguém desejar qualquer esclarecimento estamos disponíveis para o fazer. Vamos retirar-nos da sala, não participamos na votação por uma questão de ética, porque somos parte interessada digamos assim, na questão relacionada com a ZICOFA e com os terrenos. Naturalmente que nos iremos pronunciar em sede própria e portanto não faz sentido, por uma questão de choque de interesses, participar na votação.

De qualquer forma gostaria de lembrar que está marcada a Assembleia de Freguesia para o dia 29 de Dezembro, sobre o ponto referente à cedência do direito de superfície do IEFP. Neste caso posso adiantar, que já houve uma aprovação sobre essa cedência e vamos somente formalizar a passagem do domínio público para o domínio privado da Câmara e aprovar a alteração ao regulamento da ZICOFA. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.



Sr. Deputado Manuel José Carvalho!

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Manuel José Carvalho, Cidadãos Independentes.

Embora estranhe, que sobre o mesmo órgão, apareçam duas pessoas diferentes a falar a mesma coisa, visto que reuniram no mesmo dia, a minha questão também já foi respondida pelas duas pessoas.

Tinha conhecimento que o assunto não tinha sido votado, nomeadamente a cedência do terreno para os CTT. Também gostava de dizer que, relativamente à memória descritiva que vem aqui no pedido dos CTT, a mesma não nos permite saber, o que é que os CTT pretendem implementar nesse espaço. É importante nós sabermos, para quando viermos a deliberar sobre o assunto, também sabermos quais são os serviços que vão ser desactivados para implementar lá. Porque pela nossa experiência e lembro que participei na votação, aquando da criação daquele espaço que actualmente está em funcionamento, na altura votei contra embora o PSD tivesse votado favoravelmente. Quem está cá dessa altura recorda-se disso e uma das questões que se levantou realmente, é que na altura era só para ser armazém.

O que se veio provar com o decorrer do tempo, é que hoje não é armazém dos CTT, é um ponto de acidentes de automóveis quase todos os dias, a população dos Marrazes e os próprios representantes da freguesia já se manifestaram contra e já teve que ser alterado o trânsito daquela rua, com prejuízo para todas as pessoas. Isto, porque aquilo que hoje é uma coisa, depois os CTT como empresa autónoma, decidem fazer outras coisas. Daí a necessidade de sabermos concretamente sobre o que vamos deliberar na altura da votação.

Além de haver outra questão, que agora se fala muito. A Sr.^a Presidente, por maioria de razão, deve estar a par disso, da privatização de alguns sectores dos correios e também não sabemos, se mais uma vez estamos aqui a fazer a cedência de um terreno para uma entidade, que daqui a um ano ou dois é uma entidade privada e que nada tem a ver com este contexto. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Luís Pinto!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Para já, impõe-se de facto este esclarecimento, no sentido de saber se a autarquia já conhece qual é o destino que os CTT pretendem dar ao terreno.

De qualquer forma, a minha proposta vai no sentido de separarmos as duas decisões. Parece que até para a própria Junta de Freguesia é pacífica a situação referente ao Instituto de Emprego e uma vez que parece haver alguma urgência, julgo que poderíamos decidir hoje essa matéria. Seria prudente que em relação aos CTT, pudéssemos aguardar mais algum tempo. Não obstante esse tempo, eu estou muito inclinado para votar contra, porque os CTT vão ser uma empresa privada e não faz sentido que a um Estado que é tão pouco solidário com este concelho, estejamos a dar terrenos aos CTT. Os CTT têm lucros e ainda por cima estão a ser privatizados em muitas das suas funções. É uma empresa lucrativa, portanto pode pagar à autarquia, deve pagar à autarquia e aos preços de mercado. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições, dou a palavra à Sr.^a Presidente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É evidente que os senhores votarão da forma que entenderem, separado ou junto é indiferente. Agora, penso que ficava salvaguardada a situação, se a votação fosse condicionada à decisão dos órgãos da Freguesia dos Marrazes. Se os órgãos da Freguesia dos Marrazes decidirem, que em ambas as situações e na devida altura está tudo bem, avançam com a decisão. Parece-me que é o mais lógico, ficar a votação condicionada à decisão dos órgãos de Freguesia, pelos vistos em relação ao



IEFP já se pronunciou, falta a Assembleia de Freguesia. Quando esta se pronunciar, eventualmente ficarão desbloqueadas ou não as duas situações.

Para esclarecimento, relativamente aos CTT, não se vai fazer qualquer cedência em direito de superfície, ao contrário do Instituto de Emprego. Os CTT vão pagar e o que pretendem lá instalar é aquilo que está actualmente instalado nos Marrazes mal e porcamente, como o Sr. Deputado já disse, que se irá chamar Centro de Distribuição Postal.

Portanto, repito, não há aqui nenhuma intenção de cedência gratuita. Ao contrário do IEFP, é efectivamente uma transacção e o objectivo é realmente desviar daquele sítio, algo que está mal.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Srs. Deputados, uma vez que um dos assuntos aqui focados já foi objecto de apreciação pela Assembleia Municipal e depois foi retirado, tendo em conta que também não podemos correr o risco de perdermos o IEFP no concelho de Leiria, como já foi dito aqui, era importante haver uma resposta até ao final do ano, penso que esta Assembleia deve votar este ponto, no sentido que a deliberação fique condicionada à decisão dos órgãos de Freguesia. Qualquer que seja o sentido da decisão, esta deliberação dar-lhe-á assim cobertura legal.

Antes de proceder à votação, pedia aos Srs. Deputados, António Ferrinho e José Manuel Verdasca, que se retirassem da sala, uma vez que se declaram impedidos para participar na votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea b), do n.º 4, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera, por unanimidade, aprovar a desafecção do domínio público para o domínio privado do Município de Leiria, de duas parcelas de terreno, sitas na zona industrial da Cova das Faias (ZICOFA), condicionada à aprovação dos órgãos autárquicos, da Freguesia dos Marrazes.



7. ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DO LOTEAMENTO N.º 70/95, EM NOME DE EMPOLIS – PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA DE LEIRIA LDA, SITO NA QUINTA DO VISCONDE – BARREIRA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 3, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Pedia aos Srs. Deputados António Ferrinho e José Manuel Verdasca, que retomassem os seus lugares.

Quem é que se deseja inscrever para este ponto?

Sr.ª Presidente tem por certo esclarecimentos a dar acerca deste ponto, faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Obrigada Sr. Presidente.

Trata-se um loteamento que fica situado atrás da Junta de Freguesia da Barreira, na Quinta do Visconde. Nesse loteamento, há um terreno que está previsto no loteamento, que foi cedido para domínio público do Município e o objectivo era ficar ali uma zona verde, relativamente pequena.

O motivo pelo qual surgiu esta proposta de passar para o domínio privado do Município, deve-se ao facto de existir na Barreira, uma Associação que presta apoio social e que pretende fazer ali a sua edificação. Fizemos uma tentativa de a implantar noutro lado, nomeadamente indo apanhar um bocadinho da parte final da zona verde, mas do ponto de vista de implantação, pela própria tipologia do terreno, não era o mais aconselhável. E portanto, decidiu-se que este sítio era o sítio ideal para implantar a sede da ADESBA, é assim que se chama a Associação e daí a proposta de passar do domínio público para o domínio privado do Município.

Não há perda de domínio público, na medida em que um polidesportivo que lá foi feito, para gestão da Junta de Freguesia, passa a ser do domínio público.

Portanto, há uma compensação do ponto de vista entre domínio público e privado, no entanto, para podermos fazer a cedência do direito de superfície à Associação, tem que ser domínio privado. Daí, a proposta que aqui vem.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Alguém se quer pronunciar?

O Sr. Deputado Francisco Francisco, pretende dar a sua vez ao Sr. Presidente da Junta da Barreira?

Muito bem, se assim for essa vontade dele, faça favor Sr. Presidente da Junta da Barreira.

DEPUTADO VITOR MIRANDA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

Vítor Miranda, Presidente da Junta da Barreira, PSD.

Já agora, agradeço ao meu colega Francisco Francisco por me ter dado a oportunidade de vir aqui.

Não vou acrescentar nada aquilo que a Sr.^a Presidente já disse. Apenas direi que este assunto para a Junta de Freguesia, é importante que seja votado favoravelmente, porque actualmente as instalações da ADESBA estão a funcionar na Casa do Visconde, onde também funciona a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tem outros projectos para aquela casa, a nível cultural, portanto era importante que aquela Associação tivesse instalações próprias e que saísse dali quanto antes. É bom para nós, Junta de Freguesia, é bom para os idosos e é bom para toda a gente. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Francisco Francisco deseja intervir? Não!

Vamos então votar este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea b), do n.º 3, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera aprovar por unanimidade, a alteração ao alvará de Loteamento n.º 70/95, em nome de EMPOLIS – Promoção Imobiliária de Leiria, LDA – sito na Quinta do Visconde, Freguesia da Barreira.



8. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2004, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Estão abertas as inscrições!

Inscrevem-se os Srs. Deputados: Rui Caseiro, Diamantino Caçador, Paulo Pedro, Francisco Francisco, António Febra e Joaquim Lavos.

Faça favor Sr. Deputado Rui Caseiro!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Rui Caseiro, Partido Socialista.

Vou começar por uma citação, que vem no texto introdutório das Grandes Opções do Plano: "...Que 2004 é o ano da afirmação de Leiria, cidade, concelho, região, porque parte significativa das intervenções planeadas, serão desenvolvidas e outras concluídas."

Quem lê estas afirmações, pensará estar presente perante uma grande modificação dos planos anteriores do Município. Assim não é e porquê?

Vejamos então as grandes opções do plano.

De acordo com as grandes opções do plano, está definido o financiamento de sessenta milhões cento e setenta e sete mil cento e quarenta e sete euros. Valor este, que se me afigura irrealizável, porque se até 01 de Outubro de 2003 estavam realizados vinte e nove milhões duzentos e sessenta mil cento e dezoito e setenta e nove euros e se previa mais noventa e nove mil quinhentos e quarenta e sete e vinte e cinco cêntimos, até 31 de dezembro, ou seja, uma realização das grandes opções do plano de 2003 no valor de vinte e nove milhões trezentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta e seis vinte e quatro, equivalentes a 48,6% do total inscrito como realizável em 2003. Pergunta-se, como é possível num ano de difícil conjuntura económica, fazer uma afirmação daquela natureza? Dá vontade de dizer, que estamos perante a mãe de todas as realizações de planos. Não comento para não ferir susceptibilidades.



O que vai acontecer, é que realizações que estavam agendadas para serem realizadas em anos anteriores, vão continuar a ser proteladas para períodos mais favoráveis. Vejamos alguns exemplos:

Sede da Junta de Freguesia de Parceiros – Em 2003 com realização prevista de cem mil euros, realizado zero, que volta a estar em 2004 com uma realização de cinquenta mil euros.

Sede e extensão de Saúde Freguesia dos Pousos – Em 2003 teria uma realização de cem mil euros, mas a realização foi de zero. E passa para 2004, com uma realização de trezentos mil euros.

Outro exemplo é a verba prevista para ser aplicada em viaturas, seiscentos e sessenta e cinco mil euros, que progride de trezentos e quarenta mil euros em 2003 para zero aplicados em 2003.

Vejamos agora, capítulo a capítulo:

Segurança e ordem pública – Em 2004 novecentos e cinquenta e oito mil setecentos e trinta e um euros. Em 2003, oitocentos e setenta e dois mil e trinta e cinco euros, estão aplicados quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete euros. Reparem nos valores que estamos aqui a falar.

Funções sociais – Em 2004 trinta e três milhões seiscentos e dois mil setecentos e trinta e sete euros. Em 2003, curiosamente, trinta e oito milhões quinhentos e noventa oitenta mil e seis euros. Até ao final do ano, realizar-se-ão treze milhões cento e setenta e seis mil novecentos e vinte euros.

Quanto à Saúde, verbas mais insignificantes. Mas se estavam previstos trezentos e sessenta e seis mil, não percebo como é que se realizaram quatrocentos e vinte e sete mil.

Segurança e Acção Social – Passamos de trezentos e oitenta mil em 2003, para duzentos e sessenta e quatro em 2004, com zero de realização.

Habituação e Serviços Colectivos – Em 2004, catorze milhões seiscentos e dezanove setecentos e vinte e três. Em 2003, estão realizados seis milhões novecentos e sessenta e dois mil novecentos e setenta euros.



Nas diversas aplicações inscritas para 2004, há duas que merecem referência: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Como se explica a redução de seis milhões setecentos e setenta e nove mil seiscentos e sessenta, para três milhões, novecentos e setenta e quatro mil e vinte cinco euros, quando aplicados estão zero? A concessão de serviços à Valorlis, aumenta. Não foi nada aplicado. Estavam previstos oitocentos e cinquenta mil para um milhão em 2004.

Limpeza Pública (Aquisição de Serviços de Limpeza e Higiene Pública) – Tínhamos três milhões duzentos e oito mil e oitocentos euros, passamos para cinco milhões e duzentos mil euros. Também não foi nada aplicado, pelo menos não está nos mapas que foram apresentados, das verbas realizadas e a realizar.

No texto introdutório, há uma referência às grandes acções sociais e culturais da Câmara. E curiosamente nas Grandes Opções do Plano, em vez de terem valorizado a verba que estava prevista em 2003, ao contrário foi reduzida. Em 2003, os Serviços Culturais tinham catorze milhões duzentos e noventa mil duzentos e cinquenta e um euros e para 2004, onze milhões cinquenta e oito mil e dezanove euros, quando curiosamente só estão aplicados quatro milhões oitocentos e um mil cento e catorze euros.

Desporto, Recreio e Lazer – Apesar da redução da verba, verifica-se o mesmo que na cultura. A taxa de realização é de 12,96%, de onze milhões onze mil setecentos e noventa e seis euros, passamos para sete milhões duzentos e cinquenta e um mil e vinte e nove euros.

Poderia ainda de uma forma continuada, demonstrar que as verbas que nos foram apresentadas nas Grandes Opções do Plano, são verbas pura e simplesmente para encher o mapa. No fundo, tanto a Câmara como nós, sabemos que o importante é apresentar um documento com muitos valores, que satisfaça o nosso ego. Mas no fundo, continuamos na mesma e tenho receio que de facto, como disse hoje alguém aqui, não nos andemos a enganar uns aos outros. E mais tarde, quando já for tarde, tiramos apenas uma conclusão, que nos andámos a enganar e todos nós vamos pagar pelos enganados. Porque quando se fazem documentos de gestão do Município desta natureza, com esta credibilidade, há que dizer pobre Município. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Diamantino Caçador.

DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes.

Antes de me pronunciar sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004, gostaria de tecer algumas considerações sobre a execução do Plano de 2003, com base no relatório financeiro de Janeiro a Dezembro deste ano, que nos foi entregue.

Partindo do pressuposto, que Dezembro em termos de execução orçamental, será semelhante aos meses já decorridos, observamos um desvio total no orçamento em cerca de 25%. Em termos de receitas correntes, o desvio negativo das vendas e prestação de serviços de cerca de 1,5 milhões de euros, 45% do orçamento dado, foi compensado pelo bom comportamento dos impostos, que excederam a dotação em 1,7 milhões de euros, cerca de 8%. Nas receitas de capital, temos de facto um desvio negativo de 41%, cerca de 25,5 milhões de euros. Este desvio, é fruto de um emolpamento em 21,4 milhões de euros, cerca de 97% nas vendas de bens e de investimento e das transferências de capital, em cerca de 35%, 6 milhões de euros.

Como sem receitas é difícil fazer despesas, estas apresentam um desvio também substancial. No que toca às despesas correntes, há um desvio de cerca de 13%, 4,8 milhões de euros, originados sobretudo na diminuição em aquisição de bens e serviços. Perguntamos, o que é que deixou de ser feito, mas pelo que ouvimos na intervenção do colega Rui Caseiro, é fácil. Muita coisa deixou de ser feita.

Nas despesas de capital, temos uma diminuição, face ao orçamentado de 19,8 milhões de euros, 13%. Desta vez, a origem deste desvio está sobretudo nos 18,6 milhões de euros, menos 70%, que não foram gastos em aquisições de capital, bens que faltam concerteza a alguém. Às Juntas de Freguesia, talvez aos SMAS!

Concluindo esta análise à execução orçamental, percebemos que como conclusão ao relatório financeiro, se mencione apenas a poupança corrente e não os enormes desvios que o mesmo relatório evidencia.



Quanto ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2004 e partindo mais uma vez do pressuposto, que a execução orçamental em 2004 vai ser tão rigorosa como foi até aqui a de 2003, o melhor é esperar para ver.

De qualquer forma, não podemos deixar de referir, que dos documentos em análise, não se extrai qualquer linha de acção, que vise a melhoria substancial da qualidade de vida dos munícipes e que os incrementos para as Juntas de Freguesia, que são referidos na nota introdutória, estão sempre condicionados à sua real concretização.

Esta concretização é que nos deixa bastantes dúvidas. Dúvidas essas, fundamentadas pelas queixas dos Presidentes de Junta, que alegam atrasos enormes nas transferências de verbas e nos cumprimentos dos protocolos.

Para terminar, esperamos que se concretize o crescimento previsto para as receitas em impostos, mais 7% do que o previsto para 2003, o que seria sinal de retoma e de um crescimento do nosso concelho acima do esperado para o País e para toda a Europa.

Que 2004 seja um bom ano para o nosso concelho!

Boas Festas a todos.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO COIMBRÃO)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Já hoje aqui disse, que ser Presidente de Junta é de emoções, é um namoro com paixão. Perdoem-me portanto, se falar da minha Junta de Freguesia, novamente com emoção. E porque se trata de emoção, há coisas que nos doem muito e nos incomodam muito.

Ficamos preocupados e até indignados, com a questão de alguma falta de critérios, justos e objectivos, que permitam uma distribuição equitativa, pelas diversas Juntas de Freguesia. Com isto, reporto-me não só ao plano, mas também aquilo que já aqui hoje discutimos e aprovámos, aos protocolos de delegação de competências.

Pela nossa parte, há catorze anos que respeitamos muito os critérios que são estipulados pela Câmara Municipal e particularmente nos últimos seis anos, assim o fizemos. Nunca fizemos obras sem cabimento e sem autorização da Câmara



Municipal, apresentando depois a responsabilidade para a solução desses encargos quer com protocolos quer através da própria Câmara. Respeitámos sempre as regras, muito claramente, em relação ao funcionamento da Câmara Municipal.

O sentimento que nos move para esta indignação, não tem a ver de certeza absoluta e creiam isto com toda a sinceridade, com o sentimento de inveja.

Já tive oportunidade de ser confrontado com esse facto, mas creiam que em catorze anos, nunca tive inveja do que as outras Juntas conseguiram realizar, pelo contrário. Regozijamo-nos muito, com a capacidade de obras das outras Freguesias do concelho e é bom que todas façam.

Agora, custa-nos ver, que os critérios que têm sido adoptados nos últimos anos, vão todos no sentido, de que umas consigam realizar muito e outras consigam realizar muito pouco. Esta situação desmotiva-nos muito, aniquila mesmo a capacidade de trabalho, de um Presidente de uma Junta de Freguesia.

Gostava de ter a sensação e gostava de sair deste processo, que me tem deixado doente durante os últimos dias, com a convicção de que a culpa não está no Presidente de Junta. Porque se a culpa está no Presidente de Junta, abandona-se o namoro claramente e poderá ser que as obras, que tanta falta fazem na Freguesia, cheguem entretanto.

É lógico que o plano que temos hoje aqui para votar, é um plano que se não olharmos com alguma atenção, pode-nos estar a enganar. Isto já foi dito aqui hoje. Por isso, vou-vos pedir um pouco de paciência, porque vou falar em alguns números, são só respeitantes à minha Freguesia, mas vou-vos pedir alguma paciência porque, não é bom falar de números.

Vou então referir as principais obras, que estão no plano para a Câmara Municipal executar, na Freguesia do Coimbrão:

Construção do Jardim de Infância do Coimbrão – Queria dizer que a Freguesia tem três salas de Jardim de Infância a funcionar, todas elas provisórias e pelo menos uma delas, sem condições nenhuma. Este ano tem zero no orçamento, mas tem previsto para 2005, cinco mil euros. Passou de setecentos e sessenta e cinco mil para cinco mil, sem qualquer perspectiva para os anos seguintes.

Construção do Posto Médico do Coimbrão – É uma obra que está bem dotada, tem duzentos mil euros. Infelizmente, é uma obra que não depende só da Câmara ou da Junta de Freguesia, depende também do Ministério da Saúde, que neste momento, com todas as alterações à Lei que têm estado a ser feitas, há um ano que estamos à



espera das directivas para fazer o projecto. E não lhes pedimos para pagarem o projecto, tínhamos capacidade para o fazer sozinhos, apenas lhes pedimos as directivas, para saber que tipo de projecto iria ser feito e até hoje, estamos à espera dessas directivas. Portanto, Sr.^a Presidente, o seu orçamento ficará mais aliviado em duzentos mil euros, que não poderão ser concretizados este ano, porque nem projecto há.

Requalificação da Marginal da Praia do Pedrógão – Como sabem a praia do Pedrógão, é uma situação muito específica. Só pode ter obras antes da época balnear ou então depois da época balnear. Também penso que não há projecto e referindo-me ao plano de 2003, tinha vinte cinco mil euros para esse ano e já previa para o ano de 2004, duzentos e vinte e cinco mil euros, uma coisa bem dotada. O ano passado tínhamos um plano muito a nosso favor, este ano, só tem uma dotação de setenta e seis mil euros, diminuiu portanto, de duzentos e cinquenta mil euros para setenta e seis mil euros. E como não temos projecto e a obra só poderá começar, na melhor das hipóteses (e pedirei aqui desculpas se alguma destas minhas estimativas estiver errada, subo a esta tribuna para pedir desculpas na altura exacta) depois da época balnear, ou seja lá para Setembro /Outubro, já não se paga este ano. Portanto, estamos à vontade Sr.^a Presidente, pode-se gastar noutro lado qualquer, mais setenta e seis mil euros.

Recuperação paisagística da Lagoa da Ervedeira – Uma obra que também já tem uma série de anos, muito importante, que faz muita falta. Também constava no plano do ano passado, todas estas obras constavam no plano do ano passado e estava dotada em cento e sessenta e oito mil euros. Desceu um bocadinho, passou para cento e quarenta e nove mil euros, o que quer dizer também, que provavelmente não teve realização no ano anterior.

Recuperação do Mercado da Praia do Pedrógão – Uma obra prometida, com o aval da Sr.^a Vereadora que esteve lá com os vendedores e comigo. Já saiu também na comunicação social (mais uma vez pedirei aqui desculpas, de joelhos se for preciso) e se ela puder ser inaugurada esta época balnear, que era aquilo que estava prometido à população da Praia do Pedrógão, mas provavelmente também já não será iniciada antes da época balnear. Espero que me engane! Se não foi iniciada antes da época balnear, não tem qualquer pagamento este ano e portanto, os cento e cinquenta e nove mil euros que estavam previstos para esta obra, passarão para o ano que vem. Queria dizer que, em 2003, esta obra estava dotada com duzentos e



quarenta e seis mil euros mais cem mil para 2004, o que totalizava trezentos e quarenta e seis mil euros. Além de diminuir no volume, passou agora só para os trezentos mil euros. Também não foi feito rigorosamente nada em 2003.

Portanto, quem leu o plano do ano passado e achou que a de Freguesia do Coimbrão tinha muita obra, desanimem-se porque não teve nada. Passou tudo para 2004 e tenho a convicção, que se calhar não vai ser feito, tinha muita esperança que fosse e que estivesse completamente enganado.

Drenagem pluvial na Praia do Pedrógão – Também é na Praia do Pedrógão, ou começa antes da época balnear ou não começa. Mas esta, o ano passado tinha vinte e cinco mil euros para o ano de 2003 e cento e cinquenta mil para 2004. Agora, passou tudo para duzentos mil euros, tudo para 2005. Portanto, não foi feito nada em 2003, também não vai ser feito nada em 2004, passou para 2005. Dois anos! Esta deu um salto maior.

Portanto meus amigos, do plano que a Câmara Municipal tem para a Freguesia do Coimbrão, uma grande parte das obras não é para realizar e sobretudo obras muito significativas, a maior parte delas já fizeram flores o ano passado. Ou seja, já o ano passado, fiquei com a fama de ter levado muitas obras e a maior parte delas não levaram um único euro de gasto.

Com esta situação toda Sr.^a Presidente, caros colegas, é completamente impossível sentir-me com um plano minimamente justo, relativamente à Freguesia do Coimbrão. E como disse há pouco, a gestão de uma Junta de Freguesia vive de emoções, é completamente impossível eu votar favoravelmente este plano. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente de Junta.

Sr. Deputado Francisco Francisco.



DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite!

Sr. Presidente, Sr.^a Presidente, caros colegas.

Eu só sei falar de números e entristece-me voltarmos a ver um orçamento, que é aquilo que chamamos em informática um "copy/paste" do ano passado, com algumas rubricas que desandaram para a coluna seguinte do Excel.

A execução orçamental que tenho aqui do ano passado, não chegou a 21%. Penso que este vai pelo mesmo caminho e só tenho alguns números para demonstrar aquilo que estou a dizer.

As vendas de bens de equipamento, orçadas em vinte e um milhões de euros, foram executadas em quinhentos e catorze mil euros. No orçamento de 2004, estão vinte e três milhões de euros. As transferências de capital, foram orçadas em dezassete milhões de euros e foram executados dez milhões. Os passivos financeiros, contrariamente ao que está nos documentos que nos foram distribuídos, este ano aumentaram quarenta e um milhões de euros, com o nosso riquíssimo estádio de futebol.

Se compararmos o total da receita deste ano, orçada para o ano de 2004, dá mais de oitenta e dois milhões de euros, em 2001 dava quarenta e sete milhões. Só que, as receitas de capital em 2001 foram de dez milhões e em 2004 estão previstos treze milhões euros. Com é que é possível gerir uma casa destas?

No que concerne às despesas, temos mais ou menos o mesmo. Os bens correntes foram orçados em 2003 por doze milhões de euros, a execução não passou dos oito milhões. As transferências de capital, incluindo as Freguesias, foram orçadas em catorze milhões e não passou dos dez milhões de euros. Os passivos financeiros foram orçados em dois milhões, estes sim, passaram para vinte e três milhões e quatrocentos mil euros. O total da despesa foram os quarenta e sete milhões em 2001 e em 2004 temos oitenta e dois milhões de despesa, quase o dobro. As transferências de capital, que a Câmara fez o favor de distribuir, incluindo as Freguesias, em 2001 foram de nove milhões e prevê oito milhões para 2004.

Não percebo, três anos depois a despesa de obra e as nossas freguesias recebem menos. Era só isto.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Presidente de Junta da Maceira, faça favor!

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA MACEIRA)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores , Senhores Deputados desta Assembleia!

Penso que já foi quase tudo dito e comungo com a maioria das intervenções que foram aqui feitas.

Dirijo-me hoje nesta Assembleia, em especial ao executivo da Câmara Municipal. Não vou aqui falar de números, é preferível não falar neles porque me desgostaria ainda mais se estivesse a pensar nisso muito tempo.

Não venho aqui com duas pedras na mão, mas com o sentido de dar algumas sugestões no levantamento de um véu muito negro, no orçamento e nas decisões que têm sido tomadas, relativamente às Freguesias.

Até hoje, não obstante o esforço que parece ter havido, o mesmo tem-se convertido em degradação da qualidade de vida das Freguesias, que estão no circuito mais longínquo da cidade.

As condições de vida das populações têm-se degradado e não se prevê, quando olhamos para este orçamento, que venham a melhorar. Até porque não houve coragem política paralelamente aos grandes objectivos, para terminar em dois anos um campo de futebol. Não houve objectivos paralelos nem vontade política em criar um espectro financeiro que proporcionasse o nível de vida às populações que se exige .

Para mim, como Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, esperando uma tão falada requalificação, que tarda em dar o passo decisivo com vista à sua modernização, a situação caótica que se vive e que se mantém, vai aos poucos destruindo a relação povo e instituição.

Mesmo sabendo que o País atravessa dificuldades económicas, não posso aceitar que um projecto que teve o apoio político e financeiro dos técnicos da Câmara, não houve ao menos para nos calar, uma mostra, paralelamente ao tão falado EURO, de melhoria de condições das aldeias, uma vez que também fazem parte do EURO. Há trinta anos que esperávamos o tão falado saneamento, mas este parou em Maceira. Parou e parou repentinamente, vivendo-se hoje uma situação inaceitável, quer pelo



facto de ter parado, quer pelo facto de as obras estarem um caos e ninguém tomar conta delas. Aqui, penso que houve um erro de cálculo, uma vez que as obras de saneamento já estavam todas adjudicadas, há bastante tempo.

A Maceira, exige o reinício das obras de saneamento já!

O nosso executivo foi ontem questionado e envergonhado, por não termos uma resposta e apresentou um voto de protesto, que gostaria de entregar à Mesa da Assembleia. E não tínhamos uma resposta, pelo seguinte: A Sr.^a Presidente diz-me que é por motivos de erro de verbas de orçamento, a SIMLIS diz que é por falta de projecto de electricidade para as estações elevatórias. Portanto, dentro desta confusão e porque ninguém nos informou por escrito qual era a razão, não entendemos e não podemos ter a resposta correcta. Daí, termos ficado um pouco embaraçados, porque há duas versões.

As expectativas do povo de Maceira, eram de optimismo, quando Sua Excelência António Guterres, então Primeiro Ministro de Portugal, para minimizar os atrasos e barreiras com que o povo de Maceira tinha sido castigado, fez a promessa de gastar trinta milhões de contos na requalificação de Maceira. Criou um gabinete, chamado Gabinete de Requalificação, que felizmente ainda está a funcionar e muito bem, só que a quantidade de projectos que esse gabinete já teve oportunidade de pôr no papel, realmente quase que davam para gastar os trinta milhões de contos.

Não entendemos como é que tão importante decisão para um povo, foi posta de lado. Se a vontade política e financeira deste executivo pode vencer tão grandes obstáculos, como é que os responsáveis não criam mecanismos técnicos e financeiros, que proporcionem condições para a requalificação das aldeias deste concelho e dotá-las de infra-estruturas, que venham a tornar a qualidade de vida das pessoas, naquilo a que têm direito. Não podemos permitir que dormitórios dos futuros emigrantes, agora de uma elite de primeira, tenham favoritismos sobre essas elites de segunda, que vivem nas aldeias distantes, onde se trabalha, onde se pagam os impostos, que são gastos apenas numa cintura muito diminuta.

Passava agora um pouco mais à frente, para não demorar ais tempo.

A Freguesia de Maceira foi dotada de alguns protocolos. Em alguns deles, as obras até já foram feitas e já foram pagas. É por isso que parece que Maceira tem muito, mas dava aqui alguns exemplos.



Se nas aldeias as pessoas vivem em péssimas condições e têm orçamentos tão baixos, acho que há aqui alguns orçamentos que mereciam ser vistos com mais atenção e talvez tirar dinheiro de uns lados para pôr nos outros. Por exemplo, a remodelação do edifício-sede, que julgo ser este, tem oito milhões de euros. A minha Freguesia que é muito maior do que este edifício, tem apenas à volta de quatrocentos mil euros. Depois no ponto doze, o software, tem sete milhões de euros, depois para limpeza mais oito milhões e assim sucessivamente.

Isto são apenas reparos, porque vê-se claramente que as Freguesias continuam a ficar para trás, em detrimento de obras de grande fachada.

Não sou invejoso, sou apenas um defensor e vou lutar até à imolação, vou lutar sempre. Houve alguém que disse por aí, que me ia demitir, se calhar em tom de desabafo. Mas não, jamais o faria.

Nos próximos meses espero que a situação se inverta, que a Câmara, a Sr.^a Presidente, entenda que o povo tem o direito de viver bem, tanto na cidade como fora da cidade e que reveja esta situação, porque todos os Presidentes que aqui estão, estão a sofrer a mesma coisa, mas alguns deles têm medo de represálias. Eu não tenho.

Portanto, agradeço de facto que este executivo, demonstrando com um novo pensamento acerca das aldeias, acabe com o sofrimento destes Presidentes. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente de Junta.

Informava os Srs. Deputados que o tempo para intervir já foi esgotado por todas as forças políticas. Temos ainda quatro pessoas inscritas, se bem que o Partido Socialista já ultrapassou largamente o seu tempo e ainda tem duas pessoas. Depois o PSD tem também uma pessoa inscrita e há ainda o Sr. Presidente da Junta de Regueira de Pontes. Portanto, pedia a todos, mais uma vez, que fossem breves nas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pinto e pedia-lhe também que fosse breve na sua intervenção.



DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu vou tentar não só ser breve, como também alterar uma intervenção que tinha preparado.

De facto, dei por mim há pouco, a olhar para todos os que estavam nesta sala. Sou Deputado Municipal há dezasseis anos e esta é sem margem de dúvida, a Assembleia da depressão. O ar que toda a gente colocou, a unanimidade do conjunto das intervenções, é de facto de uma depressão deprimente.

E isto, tem muito a ver com algumas das intervenções repetidas que fiz em anos anteriores, sobre esta matéria e que algumas vezes, não só o anterior Presidente de Câmara mas também a actual Presidente, justificam o empolamento dos orçamentos, com a necessidade de às vezes aparecerem umas verbas comunitárias e uns concursos que é preciso fazer e então é preciso criar aqui algumas bolsas.

Não deixo de concordar, também faço gestão, percebo. Mas há uma coisa que pode ser feita para obviar a tudo isto e que é urgente, em nome até de uma honestidade intelectual que nos deve valorizar a todos. Que comece a ser dito claramente, a cada um dos Presidentes de Junta, quais são de facto as prioridades. Se houver dez milhões, a obra por exemplo da Junta de Freguesia A é a vigésima. Se houver quinze milhões é décima, etc., de maneira a que todos possamos perceber quais são de facto as prioridades. Há pouco na minha intervenção "antes da ordem do dia", quando falava nas opções estratégicas, tinha a ver também com as estas opções do plano. O problema é que não se conhece por onde é que vamos e estas depressões que estamos aqui a viver, são um bocado fruto de recalcamientos de ano para ano, de expectativas que foram criadas nos Presidentes de Junta, nas populações, que depois são goradas porque de facto o dinheiro é insuficiente.

Penso que o único remédio para tudo isto, é falarmos verdade. Dizermos que só é possível fazer estas ou aquelas obras e vamos dizer claramente em que Freguesias é que são feitas e quais são as obras, até para que possamos todos perceber. Hoje, no conjunto das várias intervenções dos Presidentes de Junta, ficou claro que não se percebem critérios e foi dito claramente, que há Juntas desfavorecidas em função de outras. Isso não é bom, isso não é o compromisso que cada um de nós nas suas funções afirmámos, quando tomámos posse.

Poderia falar do Centro Histórico que tarda, das sucatas que não se resolvem, das escolas que estão por fazer, etc., não vou falar sobre isso.



Vinha mais uma vez, recalcar naquilo que tenho afirmado: É preciso que todos saibamos a verdade e que seja de uma vez por todas dito, quais são as prioridades, porque é que são aquelas e não são outras. Disse.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Presidente da Junta de Regueira de Pontes!

DEPUTADO LUÍS CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES)

Boa noite a todos!

Luís Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Não estava nas minhas previsões, vir hoje aqui falar a esta tribuna. Mas não ficava com a consciência tranquila se não o fizesse.

Tenho que desabafar o que vai na alma e realmente, esta é uma Assembleia emotiva, pelos desabafos que todos têm aqui vindo fazer.

Este Orçamento e Plano de Actividades, não traz nada de novo à Freguesia de Regueira de Pontes. A Sr.^a Presidente, continua a discutir tostões com esta Freguesia e a gastar milhões com outras. Esta Freguesia está em penúltimo lugar no investimento per capita do Município, sendo nós grandes contribuintes.

Conforme já tive oportunidade de dizer à Sr.^a Presidente, não é com esta atitude em termos de orçamento, que vamos inverter a situação de abandono a que chegámos e que o próprio executivo, admite existir.

Fecho a minha intervenção, lamentado mais uma vez a situação. Esperando que a Sr.^a Presidente, comece a olhar para Regueira de Pontes com outros olhos, já que nunca é tarde para começar. Desisto a partir de hoje, de remar contra a maré, vão deixar de me ver aqui a partir de agora e deixo ao executivo o ónus de inverter este estado de coisas.

Desejo a todos um bom Natal e um feliz Ano Novo.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente de Regueira de Pontes.

Sr. Presidente de Junta de Carvide, Joaquim Lavos.



DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIDE)

Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Vou procurar ser breve, não vou falar de números. Vou falar de facto do Plano, muito sumariamente como disse, que ao analisar e comparar com o plano do ano passado, me deixou surpreso e triste em relação a Carvide. Vou naturalmente falar de Carvide.

Não vou justificar a minha tristeza, obviamente que também não é preciso, mas no entanto, vou votar favoravelmente porque não adianta votar contra. Se toda a gente votasse contra, não tínhamos plano e as coisas seriam ainda mais adiadas.

Vou votar a favor, porque considero que o plano e orçamento, são documentos dinâmicos e que nos termos da Lei, podem ser modificados. E espero, quero acreditar, tal como já disse oportunamente a esta Assembleia, que sejam tidas em consideração, as necessidades mais urgentes das Freguesias. A Câmara que mande os seus técnicos, os seus Vereadores ao local e em conjunto com os Presidentes de Junta, definam as prioridades mais prementes, para evitarmos grandes desilusões, perdas de tempo sem resultado, esta espécie de pedinçice, que de facto não é e as esperas indefinidas, para que não sejamos mais uma vez acusados de fazermos obras apenas às portas das eleições, para que tornemos menos penosa a vida das populações e a acção dos Presidentes de Junta.

Esta situação é uma constatação. Já disse aqui que está tudo na fossa, efectivamente estamos a viver um momento crítico, tenho dito muitas vezes que este é um ano terrível, um dos piores anos dos últimos tempos.

Portanto, vamos esperar que realmente o ano de 2004, seja um bocadinho melhor do que o de 2003. Com muita confiança e com muita força e votos de um excelente ano para todos vós.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Por fim, dava a palavra ao Sr. Deputado Rui Caseiro. Pedia-lhe também que fosse breve, porque de facto estamos a exceder o tempo.



DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Rui Caseiro, Partido Socialista.

Vou procurar ser muito breve, Sr. Presidente.

Primeiro, estamos numa situação penosa, como disse há pouco o Sr. Presidente da Junta de Carvide. Estamos de facto, mas temos de ter o sentido da responsabilidade no momento e meus senhores, é chegado o momento. O orçamento e o plano devem ser elaborados com critérios rigorosos, deve ser baseado no orçamento executado até ao momento e a partir daí, fazer o plano para o ano seguinte.

Temos que ter a ousadia de rejeitar este orçamento para este ano. Obrigar a Câmara Municipal a fazer um novo plano, de acordo com aquilo que executou até agora. E depois, sim, vamos ver as áreas que cada uma das freguesias tem, vamos ver as necessidades básicas que cada uma delas tem e então, façamos de facto um plano estratégico, como já aqui foi hoje referido pelo meu camarada Luís Pinto.

Temos que ter essa ousadia, temos que planear o Município para o futuro não é só para este ano. Vamos ter dificuldades, mas temos que ousar e temos que rejeitar. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Antes de fazer eu a intervenção final, dava a palavra ao Sr. Vereador que quer fazer alguns esclarecimentos.

VEREADOR ENG.^o FERNANDO CARVALHO

Fernando Carvalho, Vereador.

Uma curta intervenção, porque me parece oportuno dizer o seguinte:

Face a algumas intervenções de alguns Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, a minha intervenção vai só e apenas nesse sentido.



Eu próprio, como sabem, já desempenhei funções autárquicas ao nível da Freguesia, durante dois mandatos. E acho, que é de uma tremenda injustiça e uma tentativa de camuflar a realidade existente, aquilo que aqui foi dito hoje, por alguns autarcas de Freguesia.

Se bem me lembro, no tempo em que fui Presidente de Junta de Freguesia e estão aqui colegas dessa altura que ainda se mantêm e ainda bem, que podem testemunhar aquilo que aqui digo.

Nunca em outras gestões autárquicas, foram feitas reuniões individuais entre cada uma das Juntas de Freguesia e o Presidente da Câmara ou os Vereadores. Nunca isso foi feito. Desde esta gestão autárquica, que já vem do mandato anterior, que isso é feito com todas as Juntas de Freguesia e portanto, são estabelecidas prioridades, são trocadas informações entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Nunca noutras gestões autárquicas, foram delegadas directamente competências nas Juntas de Freguesia, com transferência das verbas respectivas. Eram feitas as transferências, mas enfim, não vou falar muito nesse passado.

Falaram também, na ausência de critérios objectivos.

Sabem perfeitamente, foi aqui aprovado, por todos em conjunto, Câmara com Juntas de Freguesia, que foram afixados novos critérios para as transferências mensais que as Juntas de Freguesia usufruem actualmente e que se destinam a acompanhamento técnico, porque muitas das Juntas de Freguesia, não tinham possibilidade de ter trabalhadores por conta dessa mesma autarquia. Hoje têm essa possibilidade. Umhas têm um ou dois funcionários atribuídos, outras como por exemplo a Maceira, que nunca teve um apoio de um funcionário, actualmente, tem uma transferência mensal para cinco funcionários.

Só porque as coisas boas tendem a esquecer-se, gostaria de lembrar que actualmente aquilo que é transferido mensalmente pela Câmara Municipal de Leiria, é mais do dobro do que era transferido há um ano e pouco atrás. Estou a falar apenas das transferências mensais, portanto, mais do dobro do que era transferido. É uma coisa boa, que é omitida por alguns Srs. Presidentes de Junta .



Em relação a obras específicas, não podemos fazer só a comparação com aquilo que vai nas delegações de competências, porque as análises devem ser feitas globalmente e nós podemos verificar e consultar vários exemplos. E dou apenas aqui, o exemplo de Colmeias.

A Junta Freguesia de Colmeias, tem uma delegação de competências apenas de vinte mil euros, que como sabem, é uma freguesia com uma certa dimensão ao nível do concelho e tem apenas vinte mil euros de delegação de competências! Mas porquê? A Câmara, através dos seus serviços, vai executar uma estrada, que é a estrada que vai da Serra do Branco à Lameiria, que tem uma dotação significativa para fazer a obra. Portanto as comparações, têm que ser feitas do ponto de vista global e não só também apenas num ano de gestão de um mandato autárquico.

Os critérios que temos procurado seguir, são critérios de justiça, embora sejam sempre discutíveis. Todos gostaríamos, a começar pela Câmara, de ver maiores dotações em cada uma das Juntas de Freguesia, gostaríamos que as próprias dotações das obras da Câmara fossem maiores, mas temos que nos limitar aquilo que temos. Agora, uma coisa eu gostaria que ficassem cientes, tentamos que haja um critério objectivo de distribuição dos investimentos por cada Freguesia.



(Nesta altura, o Sr. Presidente da Mesa tinha-se ausentado por instantes e tomou o seu lugar o 1º Secretário da Mesa)

1º SECRETÁRIO (LAURA ESPERANÇA)

Obrigada Sr. Vereador.

Dava então a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É apenas um esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Francisco Francisco, que fez uma comparação de alhos com bugalhos.

Quando fez a observação de que a transferencia para as Freguesias em transferencias de capital ,tinha diminuído relativamente a 2001, devo-lhe dizer que



2001, as transferencias para as Freguesias eram todas de capital. A partir do momento em que começou a haver este critério, que o Sr. Vereador agora referiu, são transferencias de capital e correntes, portanto estão divididas. E são dois factores significativos que vão todos os meses para as Freguesias.

Resta dizer, que efectivamente esta transferencia para as Freguesias, tem um peso muito significativo no orçamento da Câmara, foi aumentado de 2003 para 2004, em 3,08%. Portanto, todo o valor que recebem mensalmente, quer em transferencias correntes, quer em transferencias de capital, foi agravado positivamente.

Relativamente às outras intervenções que aqui foram feitas, só queria informar o Sr. Presidente da Junta do Coimbrão, que registei e tomei nota da disponibilidade de euros, a que o senhor está aberto para as outras Freguesias.

Relativamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, quando o senhor for Presidente da Câmara da Maceira, fará os seus orçamentos, criará os seus mecanismos de gestão, fará as suas empresas municipais como entender e quiser. Por enquanto não é e portanto, os critérios são nossos, a atribuição de verbas é nossa e é de acordo com a justiça relativa que entendemos que deve ser feita.



(Neste momento, o Sr. Presidente regressou à Mesa)

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2004 da Câmara Municipal de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera, por maioria, com doze votos contra e sete abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2004 da Câmara Municipal de Leiria.

9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2004, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;



Sr.^a Presidente deseja dar algum esclarecimento? Não!

Se algum dos senhores Deputados se quiser pronunciar sobre este ponto, a Mesa dá dois minutos a cada grupo municipal.

Sr. Deputado Rui Caseiro, faça favor!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Rui Caseiro, Partido Socialista.

Parabéns pela aprovação do Orçamento e do Plano. Naturalmente que vamos todos ter um novo ano cheio de prosperidade.

Em relação às Grandes Opções do Plano dos SMAS, vou ser sincero!

Só tive tempo de olhar para as verbas envolvidas no orçamento. E uma coisa que verifiquei, foi que há disparidade entre os valores referidos pela Câmara Municipal e os referidos pelos Serviços Municipalizados. Concretamente, nas transferências correntes, os SMAS têm um milhão e quinhentos mil euros e a Câmara Municipal, um milhão seiscentos e quatro mil e vinte e cinco. De resto, está tudo bem, deve ter havido um pequeno lapso. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Mais alguém se quer pronunciar sobre este ponto? Não há mais inscrições.

Sr.^a Presidente deseja prestar algum esclarecimento? Não.

Vamos pôr à votação as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2004 dos SMAS.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi atribuída pela alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por maioria, com um voto contra e uma abstenção do Partido Socialista, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2004, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.



Senhoras e Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Desejo a todos um bom Natal e um próspero Ano Novo. Agradeço a vossa presença e até à próxima sessão. Obrigado.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 00.50 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----



APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 26 de Fevereiro de 2004, deliberou por unanimidade, aprovar a acta .-----
Leiria, aos 26 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatro.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)